

3 - MAY 27
Copy 1960

HOJE (DIA 10), ÀS 18 HORAS, NA ESPLANADA, COMÍCIO CONTRA A FOME

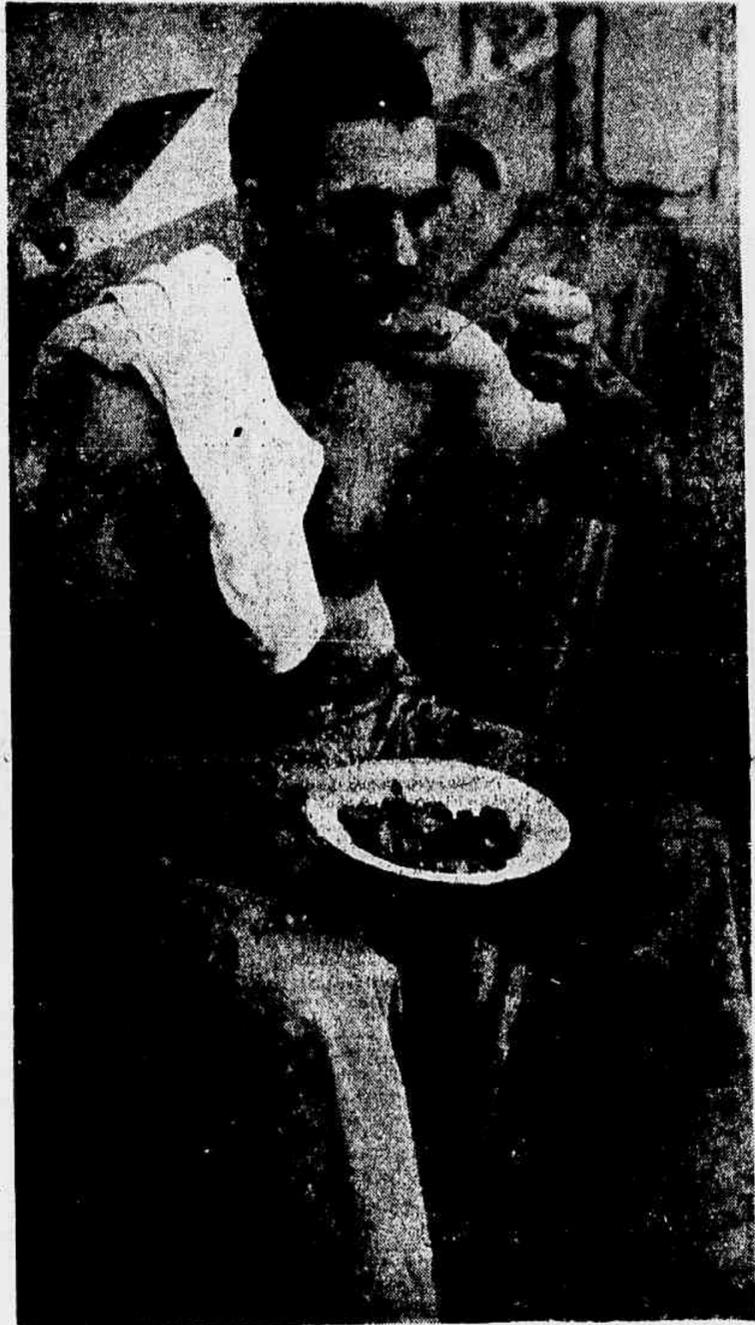
CONTRA A CARESTIA PROTESTA O POVO EM TODO O PAÍS

ANO I — RIO, SEMANA DE 10 A 17 DE SETEMBRO DE 1959 — N.º 29

NOVOS RUMOS

Manifestações no Rio Grande do Sul, Estado do Rio e Bahia
(Noticiário na 10.ª página)

REDAÇÃO: AVENIDA RIO BRANCO, N.º 257 — SALAS 1711/1712



PELAS ESTATÍSTICAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, EXISTE NO BRASIL UM BOI PARA CADA HABITANTE. MAS O CAROÇA TEM ENCONTRADO OS AÇOUGUES VAZIOS, OU, NO DIA DE GRANDE SORTE, PRECISA MADRUGAR NA PIA PARA DEFENDER UMA RAÇÃO DE DOIS QUILOS PARA A FAMÍLIA.

REAVLIAÇÃO DOS ATIVOS:
Nacionalismo e Entreguismo
Travarão Batalha No Congresso
(3.ª página)

O Acampamento Da Fome Deu Vitória Aos Tecelões

O Movimento Operário e a Política dos Comunistas
NOVOS RUMOS publicará em sua próxima edição um suplemento especial contendo uma análise da situação do movimento operário e da atuação sindical dos comunistas.

(5.ª página)

O TRABALHADOR BRASILEIRO SEMPRE COMEU POUCO E MAL. ERA A FOME CRÔNICA MINANDO A VIDA DOS QUE PRODUZEM AS RIQUEZAS. AGORA, COM A CARESTIA NAS ALTURAS QUE ATINGIU, SUA LUTA É PARA TER O QUE COMER, POIS O CINTO JÁ FOI APERTA DO ATÉ O ÚLTIMO FURO.

Fracassou a tentativa governamental de intimidar as forças populares e o movimento operário com a nota alarmista da semana passada. Os grupos reacionários que cercam o Presidente Kubitschek e impopularizam o seu governo não conseguiram impedir que o povo vá às ruas para protestar contra a política de carestia e entreguismo. Caiu no vazio a ameaça terrorista dos Frederico Schmidt e Humberto (FBI) de Melo, saudada com entusiasmo por Carlos Lacerda e pela imprensa vendida aos trustes.

Os comícios que se realizam hoje no Rio, amanhã em São Paulo e em outros Estados — não se iluda o governo — são manifestações de protesto e de indignação popular. Os trabalhadores e o povo não se prestarão a massa de manobra. Se o sr. Kubitschek quer merecer o apoio das massas, tome medidas efetivas para deter a carestia, realize uma política de desenvolvimento independente de nossa economia, rechace as pressões dos monopólios estrangeiros, combata os abusos de poder econômico, agarre pela gola os especuladores e açambarcadores. Enquanto o governo não seguir este caminho, só pode esperar da

QUEM AMEAÇA A LEGALIDADE

parte do povo uma crítica enérgica e uma oposição crescente.

A nota terrorista do Catete acusa os operários de criarem ameaças «à ordem e à paz do povo brasileiro». Simultaneamente, o ministro Armando Falcão ameaça os trabalhadores com a revisão da Lei de Segurança e da Consolidação das Leis do Trabalho para dar ao governo «novos meios de repressão». Mas quem, afinal, põe em perigo a legalidade e a tranquilidade da nação? Não são os trabalhadores, que manifestam pacífica e organizadamente seu descontentamento com a política do governo e exigem soluções legais. Não são as organizações sindicais, que

atuam dentro da lei e utilizam em sua luta os direitos assegurados pela Constituição.

Quem ameaça a legalidade são os tubarões insaciáveis que rodeiam o Presidente da República e ditam a criminosa política de carestia e fome que está levando o povo ao desespero. Quem ameaça a legalidade é a camarra entreguista instalada no governo, que se mancomunou com os entreguistas da oposição para levar água ao moinho de Jânio Quadros.

De nada vale pretender lançar sobre os comunistas a responsabilidade pelo ambiente de inquietação que a política do governo está criando. O povo sabe que não são os comunistas os cul-

pados pela falta do feijão e pela sonegação premeditada da carne. Se o governo insistir nessa tecla, acabará se expondo ao escárnio público, como se expôs agora a Divisão de Polícia Política com sua nota sobre a luta contra a carestia. Nesse documento, os comunistas são acusados de um plano diabólico que prevê «uma reclamação intensa para a intervenção governamental através de seus órgãos controladores e abastecedores». Querendo combater os comunistas, a polícia política é levada, assim, a reconhecer a ação meritória desses «perigosos agitadores». Porque não é outra coisa que o governo pretende fazer ao elaborar o projeto da Superintendência do Abastecimento. Não é outra coisa que faz o general Ururai ao determinar a intervenção nos frigoríficos.

Nenhuma tentativa de intimidação ou repressão fará os trabalhadores recuarem da luta pela sua sobrevivência. A classe operária tem consciência e força para, ao lado dos estudantes, das donas-de-casa, dos militares e de todo o povo, prosseguir nas ações de massas, por meios legais, contra a política de entreguismo e carestia que o governo está realizando.

SÃO PAULO: COMÍCIO AMANHÃ (DIA 11), NA PRAÇA DA SÉ, CONTRA A FOME



O Grande Diálogo: URSS — USA



A 15 de setembro chegará aos Estados Unidos o Presidente do Conselho de Ministros da URSS, Kruschiov.

Este fato mostra o quanto se modificou a situação internacional nos últimos tempos, sobretudo no decorrer deste ano. Porque ainda em janeiro de 59 não se cogitava sequer a visita do Primeiro-Ministro soviético à América e muito menos da viagem — já programada agora — do Presidente dos Estados Unidos a Moscou.

Trata-se de um acontecimento da máxima importância para o de-

sanuamento da situação internacional, uma grande vitória da causa da paz.

Para avaliar-se a significação deste fato é suficiente lembrar que, ainda há alguns meses, tanto o Departamento de Estado de Washington como o próprio Eisenhower consideravam desnecessária e inútil a permuta de visitas dos chefes de Estado da URSS e dos EE.UU.

Era a linha política rigidamente traçada por Dulles. Considerava-se que qualquer aproximação entre as duas grandes potências criaria «ilusões» de paz entre os

povos. Porque, de fato, tudo o que contribuísse para o alívio da tensão internacional viria minar as posições da política da guerra fria, a política das «posições de força».

Significará a visita que iniciará Kruschiov na próxima semana aos Estados Unidos — pelo espaço de 12 dias — e a retribuição posterior desta visita, com a ida de Eisenhower à União Soviética, que assim desaparecerá o perigo de guerra, que todos os problemas internacionais pendentes serão automaticamente resolvidos?

De forma alguma. Mas

também sem conversações, sem contatos, sem um melhor conhecimento mútuo de ambas as partes, não se criarão sequer condições para solucionar questões de que depende hoje a existência da humanidade — e não só dos Estados Unidos e da URSS.

Aliás, a visita de Kruschiov, iniciando uma nova etapa nas tentativas de entendimentos entre as duas maiores potências mundiais, é também, já o fruto de uma nova situação que se criou na correlação de forças entre os dois campos em que se divide o mundo — o capitalista

e o socialista, correlação favorável ao socialismo. E' resultante da impossibilidade de impor

soluções pela força das armas, pela guerra. E', portanto, uma vitória da causa da paz.

viam solicitado oficialmente a inclusão de seus nomes para acompanhar Kruschiov através da América. O grande problema que enfrentava o Departamento de Estado: conseguir lugar para toda essa gente no avião. Um jornal informou que alguns correspondentes haviam sugerido que lhes arranjasse um lugar «nas asas» do aparelho...

Trinta e seis membros da Câmara de Representantes (Câmara Federal) pelo Partido Democrata (partido que está fora do governo) publicaram uma declaração apoiando os próximos encontros de Kruschiov e Eisenhower. Des- (Conclui na 8a. página)

A FACE DESCONHECIDA

Inútilmente, a propaganda dos círculos reacionários (dos Estados Unidos e outros países) procurou diminuir a importância da visita de Kruschiov à América.

Esta se impôs, tanto pela importância do papel hoje desempenhado pela União Soviética no mundo, como pelo fato de estar comprovando o povo norte-americano que durante anos e anos uma propaganda tendenciosa e falsa lhe apresentou apenas uma caricatura do primeiro país socialista.

Os feitos científicos da URSS — particularmente os seus primeiros satélites, os foguetes intercontinentais — e finalmente a grandiosa Exposição soviética de Nova Iorque mostraram patentemente a outra face da URSS: a face desconhecida, não revelada jamais pelas agências telegráficas do mundo ocidental, pela grande imprensa da burguesia. Um país que domina a última palavra da técnica, que compete vantajosamente com a maior potência capitalista, e que, tendo perdido embora milhões de seus filhos numa guerra recente e uma boa parte das riquezas acumuladas com sacrifícios durante mais de 20 anos, oferece a seus habitantes um nível de vida cada vez melhor, propondo-se ultrapassar dentro em pouco, também neste terreno, o país capitalista, onde o povo desfruta de maior conforto.

Dai o natural interesse — e mais do que isto, entusiasmo — revelado no mundo e nos Estados Unidos pela visita de Kruschiov.

Neste sentido, citamos a seguir alguns dados exemplificativos.

1 A imprensa dos Estados Unidos informa que mais de

300 cidades — grandes e pequenas — dirigiram cartas ao Departamento de Estado pedindo para incluí-las no itinerário a ser seguido por Kruschiov em sua excursão pelo país.

2 Em vista do enorme interesse existente entre o público, a imprensa americana rivaliza para conseguir a «completa cobertura» da visita do Primeiro-Ministro soviético. Em fins de agosto, 471 jornalistas já ha-



CRÔNICA INTERNACIONAL



NÓS E OS E.U.A.

Há dois anos já, um chefe do Serviço de Inteligência Naval dos Estados Unidos, Thomas Palmer Jr. (que foi dirigente de uma Missão Econômica Especial dos Estados Unidos no Brasil), afirmava: «Se adviesse um prolongado relaxamento da tensão entre os lados opostos na guerra fria, os latino-americanos poderiam tornar-se cada vez mais indiferentes em relação aos Estados Unidos e seu nacionalismo assumiria uma crescente tendência antilíngua» Search for a Latin American Police — 1957).

Estamos diante da mais séria possibilidade surgida desde o fim da guerra de uma mudança radical na situação internacional em favor da coexistência pacífica. E tudo indica que os Estados Unidos, ou melhor, os imperialistas americanos, se sentem bastante inquietos ante os possíveis reflexos dessa mudança em nossos países.

Diferentes fatos indicam claramente esse temor. A pressão do Departamento de Estado sobre Cuba é aberta e sem disfarces. Realiza-se através de protestos como o que foi feito oficialmente contra a reforma agrária de Fidel Castro, através de ameaças de boicote nas compras de açúcar cubano ou com o reforço de suas tropas na base de Guatamano. A Conferência de Chanceleres, realizada há pouco em Santiago, foi uma tentativa de pressão coletiva sobre Cuba (no que fracassou a diplomacia americana) e de impedir que o exemplo da revolução cubana se propague pelo Continente.

No Brasil, vimos entrevistas em série do embaixador norte-americano Moors Cabot, no Rio, em São Paulo, na Bahia, fazendo o panegírico do capital estrangeiro e lançando inadmissíveis assacadinhas às correntes políticas que se batem pelo desenvolvimento do país e por sua completa emancipação.

Finalmente, o senador americano Smathers vem esta semana atacando rudemente os comunistas (todos aqueles que lutam contra o imperialismo) na América Latina, e afirma textualmente: «Deveríamos dar mais atenção à América Latina...»

São indícios claros de que os Estados Unidos tentarão por todos os meios amortecer o choque das prováveis transformações da situação internacional em nossos países. O clima da guerra fria era o clima ideal para a ação espoliadora dos monopólios ianques nas Américas Central e do Sul. O fim da guerra fria, que parece próximo, poderá significar um alívio também no domínio ainda exercido pelo capital estrangeiro sobre os nossos povos. Poderá representar maior liberdade de movimentos nas relações internacionais dos nossos países e, portanto, maior liberdade para a procura de vantagens nas transações comerciais ou no investimento de capitais.

E' isto o que os imperialistas americanos não querem admitir de forma alguma.

Dai o afã com que agem seus diplomatas, a fim de preservar os privilégios dos trustes de Wall Street. Eles estão convencidos daquela constatação de Thomas Palmer Jr., que citamos inicialmente, de que um relaxamento da tensão internacional determinaria uma crescente tendência antilíngua.

Dai, também, o grave perigo — que reclama vigilância e luta das forças democráticas — ante a crescente pressão norte-americana sobre os governos da América Latina: em política externa para manter o «statu-quo» de dependência aos EE.UU. e em política interna para exacerbar as forças reacionárias e, sob a máscara do anticomunismo, atacar as precárias liberdades democráticas de que desfrutamos.

RUI FACÓ

Posições Definidas

URSS

USA

O PROBLEMA ALEMÃO

É este um dos mais sérios problemas deixados pela segunda guerra mundial. Transcorridos mais de 13 anos do fim do conflito, ainda não foi assinado um Tratado de Paz com a Alemanha. O país continua dividido entre as potências vencedoras. A URSS é favorável à imediata assinatura do Tratado de Paz com a Alemanha, à retirada de todas as tropas estrangeiras de seu território e, antes de tudo, à transformação de Berlim em Cidade Livre, até que o próprio povo alemão decida sobre a reunificação do país.

Estados Unidos, Inglaterra e França rejeitaram até agora todas as propostas do governo da URSS e da República Democrática Alemã para a assinatura de um Tratado de Paz, a evacuação das tropas estrangeiras, a liquidação das bases militares em território alemão. Nos últimos tempos, as forças armadas da Alemanha Ocidental estão sendo aparelhadas com armamentos atômicos, o que aumenta o perigo de uma nova guerra de agressão por parte da Alemanha. Os contactos Eisenhower-Kruschiov podem favorecer a solução deste problema.

ARMAS ATÔMICAS

A União Soviética é favorável a proibição terminante e definitiva de todas as armas atômicas e termo-nucleares. Neste sentido apresentou várias propostas diretas aos Estados Unidos e Inglaterra e projetos de resolução na ONU. Como primeira etapa, a URSS propõe a cessação das experiências com essas armas, pois, como se sabe, elas contaminam a atmosfera da Terra, pondo em grave perigo a vida humana.

Os Estados Unidos (bem como a Inglaterra) rejeitaram sempre as propostas soviéticas para interdição dos armamentos atômicos e sua eliminação do equipamento das forças armadas de todos os países. Somente nos últimos meses, na Conferência de Peritos atômicos em Genebra (cuja primeira sessão se iniciou a 1.º de julho de 1958) os EE.UU. mostraram concordância com algumas teses da URSS, chegando-se a acordos parciais.

BASES MILITARES

A União Soviética liquidou com todas as bases militares que possuía durante a guerra em alguns países, inclusive no Irã e na Finlândia. Propostas sucessivas tem apresentado diretamente aos EE.UU. e através da ONU para que as bases militares em território estrangeiro sejam eliminadas, pois elas são um fator de agravamento da tensão internacional e põem em perigo os próprios países onde estão instaladas.

Os Estados Unidos mantêm uma vasta rede de bases militares em torno da URSS e dos demais países socialistas. Essas bases se encontram nas ilhas britânicas, Alemanha Ocidental, Oriente Próximo e Médio, até o Pacífico — Japão e ilha (chinesa) de Formosa (Taivan). Os EE.UU. consideram que essas bases, a milhares de milhas de seus territórios, servem para sua defesa... E' como se a URSS tivesse bases no México, por exemplo.

CHINA

A União Soviética foi o primeiro país a reconhecer a República Popular da China, logo após a vitória da Revolução chinesa a 1.º de outubro de 1949. A URSS considera que os 650 milhões de chineses é que devem estar representados na ONU, e não a camarilha corrupta de Chiang-Kai-Chek, que nada representa. A China, que se transforma numa poderosa potência mundial, deve ser levada em conta para a solução dos problemas internacionais pendentes, particularmente na Ásia.

Os Estados Unidos (como outros países capitalistas, Brasil inclusive) se recusam obstinadamente a reconhecer a existência da República Popular da China, embora sua crescente influência internacional. Os Estados Unidos mantêm relações diplomáticas com o bando de Chiang Kai-Chek refugiado em Formosa. O governo americano impediu até agora a admissão da China na ONU, onde continua a ter assento o representante de Chiang-Kai-Chek, que não fala em nome do povo chinês.

PAÍSES COLONIAIS E DEPENDENTES

A União Soviética segue uma política orientada para a completa independência política e econômica de todos os países. Segue uma firme política de apoio às aspirações e às lutas de todos os povos por sua emancipação. Mantém hoje a URSS relações amistosas com todos os povos que se libertaram depois da segunda guerra mundial na Ásia e África, e lhes concede empréstimos e ajuda material para sua industrialização, estreitando com eles relações comerciais.

Os EE.UU. têm procurado substituir as decadentes potências coloniais e imperialistas em seus domínios. Os trustes americanos estão se apossando do petróleo do Saara. Os EE.UU. negaram recursos ao Egito para construir a represa de Assuã. (A URSS está construindo aquela represa). A política dos monopólios ianques é obstar por todos os meios a industrialização dos países coloniais e dependentes, pois o progresso econômico consolida a independência política, contrária aos interesses da alta finança internacional.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragmoa Borges
REDACTORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Motta Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.
MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 9.º andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9.º andar, S/905
Enderço telegráfico — «NOVOSRUMOS»
ASSINATURAS
Anual Cr\$ 250,00
Semestral .. " 130,00
Trimestral .. " 70,00
Aérea ou sob registro, despesas à parte
N. avulso .. Cr\$ 5,00
N.º atrasado .. " 8,00

COM MANOBRAS ALARMISTAS O GOVERNO NÃO RESOLVE OS PROBLEMAS DO POVO

Refluiu nos últimos dias a onda alarmista que dominara o panorama político nas duas semanas anteriores. E o que é curioso é que esse refluxo se evidenciou exatamente no dia seguinte à divulgação da nota oficial, que se seguiu à reunião de alguns ministros com o sr. Kubitschek no Catete — nota que, paradoxalmente, continha insinuações e ameaças mais ou menos ostensivas, anunciando em tom de alarma a existência de conspirações e a decisão do Governo de reprimi-las. Quando, porém, os setores mais reacionários e entreguistas se rejubilavam com a nota, dispostos já a apoiar o Governo contra um suposto complot «comunopetebista», o próprio presidente da República se apressou a declarar de modo algum pretendia atingir o PTB nem adotar medidas contra as forças nacionalistas e o movimento operário. Sabe-se mesmo que o sr. Kubitschek manifestou, entre os seus auxiliares no Catete, franco arrependimento pelos termos em que foi redigido o comunicado.

Seria ingênuo, entretanto, acreditar que a nota da Presidência da República não obedecia a um objetivo determinado, que fosse lançado para cair por completo no vazio. Havia um objetivo: intimidar as forças mais avançadas do movimento nacionalista e democrático — o PTB, a Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento operário e estudantil e os comunistas — que vêm pressionando cada vez mais o Governo no sentido da adoção de medidas concretas contra a carestia, contra o saque das empresas imperialistas (reavaliação dos ativos), pelo restabelecimento de relações com a URSS, por uma posição clara e firme do situacionismo em face das eleições presidenciais. Não podendo enfrentar eternamente essa pressão apenas por meio de promessas, recorre o Governo a ameaças abertas. Os desmentidos posteriores, embora levando ao descrédito essas ameaças, não podiam afastar totalmente a impressão deixada pela nota.

SOLUÇÕES CONCRETAS

O fato é que, quaisquer que sejam os expedientes a que recorra o Governo, não pode cessar nem arrefecer a pressão para que seja dada solução urgente e concreta aos problemas que o nosso povo tem pela frente — especialmente a alta vertiginosa dos preços e a sonegação de gêneros tão essenciais como a carne e o feijão — assim como para que cesse a indefinição das forças situacionistas quanto ao próximo pleito. O próprio Governo, aliás, é obrigado a reconhecer a gravidade desse estado de coisas. Se fala em «agitação» e em «defesa da ordem» — vê-se forçado, por outro lado, a tomar iniciativas como a do projeto que cria a Superintendência do Abastecimento. O simples fato de adotar tais providências — independentemente de se saber se o sr. Kubitschek vai ou não empenhar seriamente as forças da maioria para aprovação do projeto, e depois aplicá-lo com deci-

são — revela que o Governo reconhece a existência de motivos reais para a intranquilidade que aí está, não podendo, portanto, considerá-la simples «manobra de agitadores» a ser reprimida pela violência.

Este caminho — o de iniciativas como o projeto da SPA —, além de uma atitude clara em relação aos problemas políticos da ordem do dia, particularmente quanto às eleições, é o único que pode levar à diminuição da intranquilidade, e mesmo da revolta, que se manifesta visivelmente entre as massas e vastos círculos econômicos e políticos. Isto foi manifestado a JK com toda a

“OS COMUNISTAS E A SUCESSÃO PRESIDENCIAL”

Por ter saído com um erro de revisão que alterou inteiramente seu sentido, republicamos abaixo o penúltimo período da primeira parte do artigo de Luiz Carlos Prestes — Os comunistas e a sucessão presidencial — divulgado em nossa edição anterior.

«Esses aspectos impopulares da política do governo, especialmente a alta vertiginosa da custa da vida, acentuam o descontentamento do povo, que se manifesta, por vezes, de forma espontânea e violenta, como nos acontecimentos de Niterói. Na situação assim criada, conjugam-se objetivamente os esforços dos elementos entreguistas e reacionários que, enquistados no governo ou militam na oposição. De outro lado, os setores pró-imperialistas do governo tratam de impor a política de submissão ao capital monopolista estrangeiro de concessões aos latifundiários, de carestia desenfreada. Na medida em que impõem esta política, cresce a indignação das massas, estremece a base social do governo, cujo prestígio aumenta. De outro lado, os entreguistas e reacionários da oposição, notadamente setores dirigentes da UDN e as forças de 21 de agosto, sem desistir de suas tentativas golpistas, buscam aproveitar-se do descontentamento popular para remover do governo, através do voto, o setor nacionalista.

Reavaliação de ativos:

NACIONALISMO E ENTREGUISMO TRAVAM BATALHA NO CONGRESSO

O projeto do deputado Temperani Pereira, sobre reavaliação do ativo de empresas de eletricidade, deveria chamar-se, nas próximas dias, como um dos pontos centrais da vida política do País. No momento em que, aproximando-se a campanha sucessória, assume importância decisiva uma definição clara das duas forças que se detrontarão em outubro de 50, as correntes nacionalista e entreguista, o projeto do representante trabalhista gaúcho vem estabelecer um «divisor de águas» entre estas forças, obrigando-as a se mostrarem e se medirem, no Congresso e no Governo.

Essa importância política do projeto Temperani Pereira decorre do fato de que ele refere a fundo os interesses da Light e da Bond and Share, que sempre foram considerados «sacrossantos» por setores do Governo, e do fato de que o Congresso será obrigado a discutí-lo e votá-lo — por estar em regime de urgência — de qualquer forma, nos próximos dias, provavelmente no início da semana próxima.

Visa o projeto anular um dos mais escandalosos favores — aqueles dos «holdings» imperialistas, em prejuízo do consumidor brasileiro e da Nação, e que lhes foi concedido pelo atual Governo, com o empenho pessoal do Presidente da República: o dispositivo introduzido na nova Lei do imposto de renda, autorizando as empresas de eletricidade a aumentarem as tarifas de seus serviços, a seu próprio critério, em consequência do direito que a referida lei lhes concede de reavaliar seus ativos — isto é, o valor supostamente depreciado, pela inflação, de seus investimentos — também a seu próprio critério. Além do óbvio prejuízo que acarreta para os consumidores de energia elétrica, tal dispositivo torna praticamente impossível a emancipação de uma empresa daquele truste, uma vez que a indenização a ser paga pelo poder público, no caso, passa a ser fixada pelo próprio truste interessado. O exemplo do Rio Grande do Sul e uma prova concreta disso: ao ser encampada pelo Governo gaúcho, a CREG (Bond and Share) acusava o valor total de seus investimentos, em circuito a indenização, em Cr\$ 300 milhões; após a Lei autorizando a reavaliação, ela passou a reclamar uma

clarezza na recente entrevista que manteve com os dirigentes sindicais. E será certamente reafirmado nos comícios que se iniciam contra a alta dos preços, nos atos nacionalistas programados pela UNE, na atuação dos parlamentares filiados à FPN.

E AS ELEIÇÕES?

No que se refere à sucessão presidencial, o panorama, longe de se firmar, é cada dia mais fluido. As possibilidades de mudanças radicais na composição das forças que irão disputar as rédeas do Poder tornam-se dia a dia mais evidentes.

Isto decorre, antes de tudo, da persistência em que se mantém os dirigentes do PSD em ir paulatinamente «esvaziando» a candidatura do marechal Teixeira Lott — da qual, depois do comício com que foi homenageado pelo PTB, só se tem notícia através de alguns cartazes afixados na cidade, assim mesmo de iniciativa da Frente Nacionalista de São Paulo. Os homens do PSD nada fazem, na realidade, visando uma campanha eleitoral capaz de grangear para o seu candidato oficial o apoio maciço das grandes massas. A própria recepção do PSD a Lott várias vezes anunciada, não só não se realizou como não se sabe quando terá lugar.

Enquanto isto, diferentes grupos situacionistas estimulam a olhos vistos a candidatura do sr. Juraci Magalhães Anuncia-se, inclusive, para os próximos dias, uma viagem do sr. Amaral Peixoto à Bahia — e todos sabem que é precisamente o presidente do PSD um dos centros principais da resistência à candidatura Lott. Quanto ao sr. Kubitschek, não cessam os seus contactos com o governador da Bahia através de intermediários, tanto ligados ao Catete como ao sr. Juraci.

Dentro deste quadro, surgem com certa insistência, nos últimos dias, especulações em torno até mesmo de uma possível retirada da candidatura do ministro da Guerra.

A movimentação popular e a firmeza das forças nacionalistas e democráticas na luta pelos interesses nacionais são o meio mais eficaz de fazer face às vacilações do Governo e quaisquer manobras dos grupos reacionários contra o povo.

Gen. Osmino

Alves:

A LUTA É DE TODO O POVO

Por motivo do dia da Independência, o general Osmino Alves, comandante do III Exército, expediu uma ordem do dia em que, num de seus trechos, acentua que a luta pelos interesses nacionais é uma campanha de todo o povo brasileiro. «A nossa batalha nos dias de hoje — diz a ordem do dia — não é, apenas, uma campanha militar. Os soldados não são somente os de verde, cáqui ou azul. Os chefes e comandantes não são exclusivamente os generais, almirantes e brigadeiros. Os efetivos não se limitam aos previstos nos quadros da organização.

A luta de hoje, meus patriotas, é de todos nós. Não existem isentos.

Todos os brasileiros capazes nela têm o dever e obrigação de se empenharem, com força de vontade, com amor e com patriotismo. É a luta contra a corrupção, contra os interesses pessoais em detrimento dos legítimos anseios do povo bom de nossa terra.

É a batalha contra os desertores, contra os derrotistas, contra os aproveitadores. É a luta pela grandeza da Pátria sem necessidade de conquistas territoriais; e da intensificação da exploração de nossas riquezas.



Feijão a 52, carne a 62 em filas imensas, manifestações operárias contra a carestia, eis os assuntos dos últimos dias. O Presidente da República e altas autoridades estiveram reunidos para estudar a situação. Foi redigida, pela mão ágil do secretário Sette Câmara, uma nota que provocou agitação nos meios políticos. Falava-se, nessa nota, em marginais dos sindicatos. Segundo a literatura palaciana esses marginais, e não a carne e o feijão preto, seriam os responsáveis pelo descontentamento geral.

Que marginais seriam esses? A discussão que se fez para identificá-los não deu resultado prático. Mas o preço do feijão provocou atos de irreverência que na Idade Média levariam carne humana ao churrasco das fogueiras do Santo Ofício. O jornal da condessa Pereira Carneiro, fidalgia papalina, publicou uma paródia do Padre Nossso: «O feijão nosso, de cada dia, nos dá hoje».

A história da religião está cheia de outros exemplos escabrosos e Anatóle France nos fala de monges bretões do Carme ainda mais rudes que os escribas da condessa. Tão rudes que olçavam a música e a filosofia. O ceticismo desses monges talvez superasse o que se manifesta nas colunas do Jornal do Brasil, pois os anacoretas do Carme não se limitavam a odiar a música e a filosofia. Cometiam abominações que os cronistas mencionam muito discretamente, obedecendo a um sentimento de delicadeza.

Devemos culpar só o feijão e a carne pelo que se está passando neste recanto do mundo livre? Sem dúvida a carestia oferece o caldo de cultura, mas não é a única responsável por certas manifestações exóticas. O simples tabelamento do feijão e da carne em cifras astronômicas poderá, por exemplo, justificar a pregação da desordem? No entanto, o que vimos na última irradiação da Voz do Pastor foi essa afirmação arrojada de Sua Eminência, o cardeal D. Jaime Câmara: «Não posso dizer se já há motivo para uma revolta popular autêntica, genuína. Esta deve ser a última tentativa do povo para resolver os seus problemas».

O princípio da Igreja, cujas palavras por sinal aparecem nas mesmas páginas de jornal que ofendem o sentimento religioso com aquela imitação burlesca do Padre Nossso, também alude, num estilo amargo, aos ocupantes de altos postos do poder secular. Vamos daí espigar à loquacidade ferina de D. Jaime: «As propinas pululam em quase todos os setores da vida pública, engrossando-se à medida que os cargos se alteiam numa triste demonstração de que nos vamos tornando, sem o saber, escravos de um mau senhor».

Sem ultraje à liberdade nenhuma restrição deveria ser feita ao andar panfletário dos dois Câmaras, o secretário Sette e o Cardeal Jaime. Contudo, não deixa de ser estimável que ambos nesta hora lancem combustível numa fogueira que reclama água.

promessas e ameaças foram feitas, pela maioria pesadista e pelo Governo, à bancada trabalhista e ao autor do projeto, para que este fosse retirado do pauta dos trabalhos da Câmara. O sr. Marcondes Ferraz, conhecido funcionário da Light e, na ocasião, acreditado como representante do Presidente da República junto ao Congresso, chegou a levar ao Palácio Tiradentes um texto de Lei estabelecendo o Estaco de sítio, para mostrá-lo aos deputados nacionalistas, com a ameaça de que a Lei seria assinada pelo sr. Kubitschek, se o projeto contra a Light não fosse «engavetado».

A bancada trabalhista resistiu a todas as promessas e ameaças, mas concordou, finalmente, em um compromisso: o projeto seria novamente redigido, por uma «Comissão de técnicos»; os líderes da maioria, em nome do Governo, e do PTB nomeariam os técnicos e participariam da Comissão, bem como o autor do projeto e o Presidente da Comissão de Justiça, dep. Oliveira Brito. Por incrível que pareça, o Governo designou, como técnicos que o representavam na Comissão, apenas funcionários incluídos nas folhas de pagamento da Light e em Bond and Share: os sr. Mar-

lucionalidade dessa discriminação; e

— Insistem na fixação de um prazo máximo para a realização do tombamento, fínco o qual as empresas poderiam reavaliar a seu critério os seus ativos e aumentar suas tarifas.

O objetivo desta última manobra tampouco era escondido pelos agentes laiques: permitir o suborno dos funcionários do Governo encarregados do tombamento, para que estes não terminassem a tempo o seu trabalho. Entretanto, dada a resistência da bancada trabalhista, a Light e a Bond and Share foram derrotadas, na Comissão, embora parcialmente. Eis as principais concessões que seus agentes conseguiram, introduzindo emendas ao projeto Temperani Pereira:

- 1) estabeleceu-se a limitação às empresas estrangeiras (esta manobra, entretanto, ficou anulada na Câmara pelo voto da Comissão de Justiça, aprovando a limitação);
- 2) foi fixado o prazo de seis meses, para a realização do tombamento, durante o qual as empresas são autorizadas a pôr em vigor uma tarifa provisória, aumentada, sem entretanto terem o direito de efetuar a reavaliação, findo o prazo, pois este pode ser prorrogado pelo Congresso;
- 3) foi dada ao Governo a autorização para conceder, sem tombamento, a reavaliação, para empresas que já-mais tenham mantido contabilidade em moeda estrangeira e que não tenham celebrado contratos suspeitos com empresas associadas;
- 4) foi dada autorização às empresas para cobrarem dos consumidores uma tarifa extra, destinada a financiar seus investimentos, mas cujo produto não será somado aos investimentos com direito a remuneração e indenização.

Tais concessões, sobretudo a terceira, são indubitavelmente importantes, e poderão gerar sérios conflitos «de interpretação» no futuro, representando desde logo novos benefícios para os dois «pólos» imperialistas. Contudo, o essencial do projeto, que era o princípio do tombamento direto e a aplicação dos índices de reavaliação aos excedentes de lucros, foi mantido pela Comissão; é certo que a Light e a Bond and Share não se dão por vencidas e a estão mobilizando suas forças para derrubar o projeto, no Plenário da Câmara.

O DISCURSO DO LÍDER DO PTB

As insinuações contidas na nota oficial do Catete levaram o líder do PTB na Câmara Federal, sr. Osvaldo Lima Filho, a procurar definir a posição de seu partido em face dos últimos acontecimentos. Embora não produzisse um discurso que se caracterizasse pela clareza e por uma análise mais profunda da atual conjuntura, o sr. Osvaldo Lima conseguiu desfazer a onda que se pretendia armar contra o PTB e, insistindo na urgente necessidade de serem resolvidos problemas com a carestia de vida, apontou as forças entreguistas — particularmente jornais como o «Estado de São Paulo», o «Globo» e «Correio da Manhã» — como os verdadeiros inimigos da democracia e da emancipação nacional. Não é possível silenciar, entretanto, diante dos trechos do discurso em que o líder trabalhista, falando sem nenhuma contenção e procurando evidentemente agradar a certos setores, passou a repetir velhas e chocantes inverdades em relação aos comunistas. Por que, afinal, esta insistência em tergiversar a posição dos comunistas em repisar histórias tão desmoralizadas sobre um suposto interesse dos comunistas em «criar agitações», quando a atitude dessa corrente política a favor da legalidade e de uma so-

lucão pacífica para os nossos problemas é apresentada com toda nitidez, inclusive no artigo de Luiz Carlos Prestes, cujas teses principais foram divulgadas por toda a imprensa na última semana?

Compreende-se perfeitamente que o líder do PTB tenha procurado defender o seu partido — cuja orientação nacionalista e democrática encontra o decidido apoio do povo — contra acusações ou insinuações sem fundamento. Seus esclarecimentos eram inclusive necessários, o que não é compreensível nem correto, porém é que o sr. Osvaldo Lima, denunciando inimigos provectos do povo, tenha ao mesmo tempo atacado sem nenhum propósito os comunistas.

Esta forma de responder aos ataques do entreguismo e da reação já não pode ter lugar nos dias de hoje. Ela não só constitui uma evidente deturpação da atitude política dos comunistas como só pode contribuir não para o fortalecimento da unidade das forças nacionalistas e populares, mas no contrário para dificultar um mais sólido agrupamento dessas forças e, desse modo, uma resistência mais eficaz às manobras dos reacionários e agentes do capital estrangeiro, inclusive os que se acham enquistados na própria Governo.

O MUNDO QUE EU VI

D CONGRESSO (I)

Fui à URSS, representando a União Brasileira de Escritores no III Congresso de Escritores soviéticos para o qual recebemos convite. E' desse congresso que falarei hoje para contar que durante seis dias, em duas reuniões diárias, ouvi e conheci não apenas os escritores da União Soviética, mas de vários países do mundo.

Naturalmente os representantes de países estrangeiros (eram os oitenta ao todo, de trinta e dois países) não tinham direito a voz nem a voto; só no último dia a palavra nos foi dada e nada mais tínhamos a fazer senão saudar os camaradas soviéticos, dizer o que pensáramos do Congresso e afirmar nosso desejo e nossa luta em prol da Paz mundial. Os escritores das quinze repúblicas socialistas soviéticas eram de quinhentos e treze e, enquanto um dramaturgo de Moscou atacava no seu informe, violentamente, a crítica e os jornais que não dão atenção suficiente ao teatro, demonstrando o quanto é difícil a publicação de peças na URSS, outro escritor — Prokofiev, de Lenin-

grado, pedia que fosse uma resolução do Congresso, a volta às canções. Esse mesmo tema — canções — serviu a outros escritores, unânimes em declarar que a bela canção popular está desaparecendo na URSS e que é necessário e mesmo urgente que os poetas voltem a ela, dando-lhe o lugar que merece, já que — disse um: — «a canção ajuda a viver; a canção é a voz do povo».

Os inimigos do socialismo têm como um esfarapado e nojento estribilho declarar que na URSS não há liberdade de pensamento; gostaria que eles estivessem assistindo ao III Congresso de Escritores Soviéticos; iam ver como foram ali debatidos os problemas. Naturalmente, muitos desses problemas não nos atingem, não são sentidos por nós, como, por exemplo, o levantado por um escritor do Turquestão: «só se fala de amor de velhos, como se os velhos pudessem amar como os jovens», mas ao lado disso, quantos problemas debatidos, quantas críticas violentas.

Ainda falarei mais sobre o Congresso.

ENEIDA

O Homem e a Natureza

MARK MITIN

O desconhecimento do que a natureza pode oferecer ao homem, as crises por que passa o sistema capitalista, a sub-
alimentação que se abate, ainda, sobre grande parte da humanidade, além de muitos outros aspectos sombrios da vida atual, trazem à mente humana, com frequência, inúmeras dúvidas quanto às possibilidades da natureza para prover o sustento de toda a população mundial.

«Há comida suficiente para todos? Há disparidade entre os recursos da natureza e a população do globo? A natureza é culpada de que o homem viva mal?»

No recente XII Congresso Internacional de Filosofia, realizado em Veneza, o filósofo soviético Mark Mitin teve oportunidade de abordar várias dessas questões, esboçando um quadro a respeito das relações entre o homem e a natureza, do qual, abaixo, fazemos um resumo.

O homem é filho da natureza, constituindo a sua manifestação suprema, o mais alto grau da evolução da matéria. O homem vive em determinado meio natural, utiliza para a sua existência os produtos da natureza e influi ativamente sobre ela, modificando-a de acordo com seus desejos. Nisso reside o mais profundo sentido de suas relações mútuas.

Grças a essa ação transformadora sobre as condições naturais, ao seu trabalho criador, é que o homem se destaca do reino animal. A produção, o trabalho, é uma necessidade eterna do homem, sem a qual seria impossível o intercâmbio de substâncias entre ele e a natureza, isto é, seria impossível a própria vida humana.

Se essa produção é baseada na anarquia, na exploração do homem pelo homem, não pode assegurar a todas as pessoas a satisfação de suas necessidades materiais e espirituais. E' o que ocorre nos países capitalistas, mesmo nos mais desenvolvidos, onde há homens que «sobram», que não podem ser utilizados na produção, engrandecendo sempre mais as fileiras do desemprego.

Os ideólogos das classes dominantes procuram, por todos os meios, explicar esses fatos através das chamadas leis naturais, biológicas, às quais, segundo eles, estaria subordinado o desenvolvimento da sociedade. Um dos mais célebres dentre eles, Malthus, reacionário padre inglês, sustentava, no século passado, que os meios de produção crescem em progressão aritmética (1, 2, 3, 4, 5, etc.), enquanto o crescimento populacional se fazia em progressão geométrica (1, 2, 4, 8, 16, 32, etc.). Malthus ia ao absurdo de dizer que a única maneira de solucionar o problema era eliminar a «superpopulação», condenando os trabalhadores ao desemprego e à morte por fome. Depois de Malthus, muitos filósofos burgueses têm elaborado teorias do mesmo jaez, afirmando sempre que o capitalismo não tem culpa da miséria das massas, que a falta de recursos econômicos e a opressão política resultam de leis biológicas eternas.

A NATUREZA É CULPADA DE QUE OS HOMENS VIVAM MAL?

As vezes, tenta-se justificar a não satisfação das necessidades vitais da população através da «teoria da fertilidade decrescente do solo». Tal teoria aborda erroneamente o problema das relações entre o homem e a natureza. O homem não tem a considerar o solo como tal, mas sim o solo em que se investe o trabalho humano, o solo que ele cultiva empregando maquinaria, adubos e diversos métodos agrônomicos que enriquecem o solo, restabelecem e aumentam a sua fertilidade.

Por outro lado, muito pequena é a percentagem das terras de cultivo hoje aproveitadas. Os cereais, hortaliças, frutas e plantações florestais ocupam,

atualmente, nada mais que 7% da superfície aproveitável. A extensão das terras cultivadas é pouco maior que 10 milhões de quilômetros quadrados, para uma área útil de 149 milhões de km², aproximadamente.

Não obstante esse irrisório índice, o atual nível de desenvolvimento da produção agrícola já permite que se alimente uma população várias vezes maior que a existente. Se as terras fossem aproveitadas em sua totalidade, poderia viver na Terra um número ilimitado de pessoas.

Refutando os teóricos interessadamente pessimistas, o economista inglês Colin Clark calculou que a população mundial cresce anualmente cerca de 1%, enquanto a produção agrícola pode aumentar, no mesmo período, graças exclusivamente à agrotécnica, entre 1,5 e 2%.

Além disso, o mar é uma das mais ricas fontes de recursos da natureza, sendo, atualmente, pouco aproveitado. Ictiólogos famosos consideram que o volume da pesca pode aumentar em várias dezenas de vezes e que é viável a criação artificial de peixes e crustáceos. Na água, além da existência de valiosas algas aproveitáveis na alimentação, podemos cultivar plantas ricas em sais minerais e vitaminas. Nesse terreno, já está surgindo um novo ramo científico, a chamada «agricultura marítima», de grande futuro.

O grau de aproveitamento das enormes reservas de minerais úteis tem sido, também, insignificante. No que concerne aos recursos energéticos, em nosso século atômico, eles podem ser considerados praticamente inesgotáveis.

GUERRA, FLAGELO A EVITAR

Nos últimos cem anos, não houve nenhum decênio sem guerras ou colisões sangrentas. Nos campos de batalha da primeira guerra mundial morreram 10 milhões de homens, enquanto 20 milhões ficaram mutilados ou inválidos. A segunda, de acordo com dados incompletos, apresentou um balanço de 22 milhões de mortos e mais de 34 milhões de feridos, sem contar as perdas da China e os mortos nos campos de concentração nazistas.

Os economistas calculam que o dinheiro gasto com a primeira grande carnificina seria suficiente para comprar uma boa casa, com grande parcela de terra, para cada um dos 74 milhões de soldados mobilizados.

Só os gastos diretos com a segunda conflagração seriam suficientes para dar instrução secundária a todas as crianças do mundo, construir casas de sala, 2 quartos, banheiro e cozinha para todas as famílias do globo e montar um magnífico hospital para cada 5.000 habitantes da Terra.

E' fácil imaginar o gigantesco desenvolvimento que teriam as forças produtivas, se os milhões de homens que participaram dessas guerras se tivessem dedicado a um trabalho produtivo, se os incalculáveis recursos materiais utilizados

para destruir tivessem sido aproveitados para criar. Já hoje, se conseguíssemos barrar o caminho às guerras, a vida em nosso planeta seria infinitamente mais próspera.

SE NÃO É A NATUREZA, QUEM É CULPADO?

As forças da natureza já dominadas pelo homem são aproveitadas em grau insuficiente. Em muitos países não são utilizadas as imensas possibilidades existentes para aumentar as riquezas do gênero humano. A explicação para isso é uma só: as formas anárquicas, desorganizadas, da vida social.

O mundo atual está pos-

sando por uma nova revolução técnica, a maior que a História já registrou. Hoje, o homem conta com meios surpreendentes para dominar a natureza e criar abundância de bens materiais que satisfaçam todas as necessidades da humanidade. Os principais traços dessa revolução traduzem-se no aproveitamento da energia atômica e no gigantesco aumento das velocidades. Criaram-se possibilidades sem precedentes para aproximar os povos que vivem nos mais diversos confins da Terra.

Mas, para que todas as possibilidades em potencial (Conclui na 8a. página)



Manhã De Autógrafos

A 30 de agosto último, realizou-se na Livraria Ideal, em Niterói, uma "Manhã de Autógrafos" do livro de Astrojildo Pereira — "Machado de Assis". Compareceram numerosos intelectuais fluminenses, professores, estudantes e amigos do autor. Astrojildo Pereira foi saudado por Sávio Soares de Souza, da União Brasileira de Escritores, seção do Estado do Rio, por Salomão Cruz, da Academia Fluminense de Letras, por seu conterrâneo Renato de Lacerda e pelo jovem Arnaldo de Castro. O poeta Geir Campos, o editor Carlos Ribeiro e o prof. Aurélio Zaluar tiveram ocasião de abordar problemas relacionados com o desenvolvimento cultural da "velha província". Falou por fim Alberto Tôres, Secretário da Educação e Cultura do Estado do Rio, prestigiando o ato com a sua presença e a sua palavra de estímulo. Na foto, Astrojildo Pereira agradece a saudação do dr. Alberto Tôres e a homenagem de seus amigos.



EXPOSIÇÃO DE PINTURA DE BEATRIX GEORGES

No próximo dia 17 a Galeria Copacabana de Arte, à Av. Copacabana n. 643, apresentará Beatrix Georges em sua primeira exposição individual, reunindo alguns de seus trabalhos artísticos e atuais. Bastante conhecida e admirada nos meios artísticos e entre o público, a jovem pintora iniciou a sua vida artística em 1947, com desenhos e «charges» na imprensa carioca. De 1951 a 1955 Beatrix Georges cursou a Escola Nacional de Belas Artes e, em 1957, após várias mostras coletivas, obteve Medalha de Bronze no concurso de premiação. A foto reproduz um de seus quadros que estará na exposição da Galeria Copacabana de Arte.

Iniciativa de «Leitura»

Barbosa Melo, diretor da revista «Leitura», vem de tomar uma boa iniciativa para difusão das obras de autores brasileiros pela América Latina. Trata-se da elaboração de um catálogo de obras indispensáveis para conhecimento do Brasil nos mais diversos domínios e nas diversas fases da história de nosso país. O catálogo compreende livros de clássicos brasileiros em história, sociologia, arqueologia, etnografia, geografia, lingüística, belas letras, bem como de representantes do movimento intelectual brasileiro de nossos dias. O catálogo está bem apresentado, reproduzindo na capa, em cores, o «João Cândido», detalhe de um quadro de Portinari e na sobrecapa um dos mais bonitos trabalhos de Pancetti.

O Brasil e as Relações Com a URSS

O jornalista e economista Amílcar Alencastre que foi um dos primeiros técnicos do governo a estudar o problema das relações comerciais com os países da Cortina de Ferro, vai publicar um livro, no qual focaliza as vantagens do comércio com aqueles países, bem como o reatamento de relações diplomáticas com a URSS. O trabalho deve sair na primeira quinzena de setembro e se denominará «O Brasil e as Relações com o Leste e URSS».

TEATRO

«GIMBA - Presidente dos Valentes»

E' difícil falar de «Gimba». Ao impacto de uma emoção muito forte as palavras perdem sentido, tornam-se inexpressivas. Também o aplauso nada traduz. Só uma atitude diz alguma coisa aproximada da intensidade e profundidade do sentimento: ficar de pé, pasmada, silenciosa, aturdida, enquanto as lágrimas molham a gola do vestido... Foi assim que eu fiquei. «Gimba» é um espetáculo de amor, de ardente e profunda ternura humana. Só com amor se pode criar uma obra de arte verdadeira, sincera e autêntica. E foi o amor, o apaixonado amor do povo, do gênero humano, enfim, o denominador comum que uniu todos aqueles que colaboraram em «Gimba». Desde o autor, até o menos atuante dos comparsas, até o menos ativo dos profissionais, que por trás dos bastidores, cooperam na montagem de uma peça. Sem uma fraterna solidariedade nos milhares de irmãos que nas fileiras defendem, com reuente esperança, seu direito de sobreviver, sem que suas vidas afundem no desespero e na amargura, jamais alguém conseguiria fazer o que Gianfrancesco Guarnieri conseguiu: escrever uma peça em que a realidade não tem características de uma fotografia bem realizada, mas de uma verdade, funda e dolorosamente sentida. Nem alguém jamais criaria aquele monumento de ternura e poesia que é o cenário de Tullio Costa, tão real, tão verdadeiro, tão sem concessões ao falso «decorativo», que arrancou palmas de entusiasmo à platéia. Nem seria possível imprimir à direção da peça, uma tamanha autenticidade, um diretor que não conhece de perto, intimamente, a vida no morro, com seus mistérios, sua originalidade, sua trágica beleza. «Refugio-me no povo para fugir à decadência. Quero atingir-lhe o coração através dos olhos e dos ouvidos. Pouco me importa que o intelectual cético, olhos vermelhos de tanto ler, sensibilidade aprisionada por brochuras, medo da morte e de perder o emprego, assista a tudo isso com um sorriso superior de agente grande, pois esse já está enterrado em vida». São palavras de Gianfrancesco. E quais diferentes daquelas que usam os escritores, cujos temas parecem colhidos em latas de lixo ou em caixas — desculpem-me o termo — e que pretendem disfarçar a própria decomposição, atribuindo-a a uma realidade brasileira de nossos dias, que só existe em suas imaginações mórbidas e correntas, ou em uma parcela mínima de uma sociedade apodrecida. Em «Gimba» tudo é simples, natural, ingênuo. Amores, ódios, rivalidades, superstições, tudo é sincero, autêntico, humano. E sobre todos os sentimentos, paira mais forte que tudo, a solidariedade, a união frente à miséria, à doença, ao inimigo — esse inimigo sórdido, traíçoeiro, solerte, que é o policial.

Já se não vai terminando o espaço. Mas o assunto «Gimba» é tão apaixonante e sua divulgação tão necessária, que voltaremos a ele.

ROTEIRO DOS TEATROS

Lembramos às mães e aos papais que aos domingos há um programa certo para a criança: Teatro João Caetano às 10 horas da manhã. Festival de Teatro Infantil, Organizado pelo Serviço Nacional de Teatro, sob a orientação de sua dinâmica colaboradora — a jovem atriz Beatriz Veiga.

E todas as noites, além das vespertinas nos sábados domingos e quintas, as revistas «DE CABRAL A JK» no João Caetano, e «O BRASH, O NOSSO» no Teatrinho Jardel em Copacabana, ao lado do Hotel Miramar.

BEATRIZ BANDEIRA

CINEMA

CONTRABANDISTA A MUQUE

Fernandel e Totó, guarda aduaneiro e contrabandista, separados pela linha caprichosa da fronteira franco-italiana são responsáveis pelas gargalhadas gostosas em Contrabandista a Muque (La Loi C'Est La Loi). Como sempre acontece quando dois artistas famosos (e talentosos no caso) são reunidos para um filme, também eles são culpados pelos defeitos. Os roteiristas, preocupados em explorar os talentos cômicos da dupla, abandonam o veio satírico (a arbitrária separação das fronteiras) prática-mente virgem. O filme, que poderia ser uma extraordinária sátira, é no máximo uma agradável farsa. Contrabandista a Muque diverte com os incidentes pitorescos em que se vê envolvido, de um momento para outro, o guarda aduaneiro (Fernandel); dupla nacionalidade, bigamia, deserção, uso indevido do uniforme, etc. Tudo porque a simpática linha dividiu uma casa da aldeia ao meio, de um lado a França, do outro a Itália. Como «a lei é a lei», o cidadão pacato, cumpridor fiel dos regulamentos, vê-se jogado numa cela expiando a culpa de ter nascido de um lado «que não é o lado certo». A curiosa idéia de Jacques Emmanuel, cenarizada por Age-Scarpelli-Jean Manse-Christian-Jaque, foi apenas parcialmente desenvolvida, cedendo lugar aos duetos histriônicos dos consagrados atores.

Christian-Jaque, o bem-humorado realizador de Fan-Fan La Tulipe, dá o toque de ironia e gentileza peculiares aos seus filmes. Esforça-se por dizer jocosamente que os homens precisam ser mais tolerantes e flexíveis. Diferentemente de outros cineastas modernos, procura divertir despertando os melhores sentimentos. Apesar das qualidades, Contrabandista a Muque está longe de igualar os melhores filmes de Christian-Jaque.

A dupla cômica Fernandel-Totó desincumbe-se com a habitual naturalidade, cada qual dentro do seu estilo interpretativo. O duelo cênico um tanto alongado, por vezes, prejudica o ritmo narrativo desviando-o da trilha satírica. Mesmo assim, os fãs dos conhecidos atores não sairão decepcionados porque Contrabandista a Muque é um filme divertido. Mas, há além de Totó e Fernandel, dois coadjuvantes de categoria (igualmente engraçados) — Nino Besozzi e Noël Roquevert — como os respectivos chefes da guarda fronteiriça.

CINECLUBISMO

Programação do Grupo de Estudos Cinematográficos da UME para o mês de setembro:
Dia 11 — A Carroça da Meia-Noite de Julien Duvivier.
Dia 17 — Viagem Surpresa, de Pierre Prévert.
Dia 21 — O Tempo é uma Ilusão, de René Clair.
As sessões serão realizadas como habitualmente no auditório da ABI, às 18.30 horas.

GENNYSON AZEVEDO

NAS ESCADARIAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

O Acampamento Da Fome Deu Vitória Aos Tecelões

O acampamento da fome realizado pelos 650 tecelões da Fábrica Confiança na manhã do dia 4, nas escadarias do Ministério do Trabalho, botou patrões e autoridades em polvorosa, e determinou que em poucas horas resolvessem o saluário atrasados que os trabalhadores vinham reclamando há três meses.

Desde junho que a Fábrica Confiança, de propriedade do deputado João Abdala, não realizava o pagamento do saluário do seu pessoal. Os trabalhadores recorreram a várias formas de luta, tentando receber o dinheiro que lhes pertencia, realizaram constantes movimentos de protesto na empresa, paralisaram o trabalho, mas nada alcançava o resultado esperado. Recorreram à Justiça, e o deputado Abdala disse que tinha a Justiça nas mãos. A 14.ª Junta de Conciliação e Julgamento mandou que o deputado pagasse e ele disse

que não tinha dinheiro. Enquanto isso, centenas de homens e mulheres, iam vivendo graças à solidariedade dos trabalhadores das outras fábricas, conquistada através da realização de passeatas e de bandos, precatórios e da ajuda do Sindicato. Mas a situação se tornava desesperadora. Os tecelões da Confiança, há três meses sem pagar aos seus credores, encontravam-se ameaçados de despejo, e com o crédito cortado nas casas comerciais, que lhes suspenderam o fornecimento de gêneros alimentícios. Diante dessa situação, sem terem mais para quem apelar, resolveram acampar na manhã do dia 4 nas escadarias do Ministério do Trabalho, dispostos a só saírem de lá com o pagamento dos atrasados.

centrados na Esplanada do Castelo, onde se situam os Ministérios da Educação, Fazenda e Trabalho, reclamando justiça para a sua causa, denunciando a sua situação de miséria em dezenas de cartazes, comoveu a cidade e suscitou a imediata solidariedade popular. Horas depois era conhecida a decisão dos proprietários da Fábrica de efetuar o imediato pagamento de dois milhões de cruzeiros referentes aos salários de junho, ficando o restante depositado no Banco do Brasil para ser pago nos próximos dias.

O dinheiro foi entregue à Diretoria do Sindicato e distribuído aos tecelões vitoriosos.

A BATALHA QUE NÃO HOUE

Quando as autoridades ministeriais souberam do acampamento dos trabalhadores, justamente no dia em que maior era a

agitação em torno da nota do Governo sobre as "agitações", providenciaram o envio imediato de três choques da Polícia Militar, com a missão expressa de desalojar os tecelões das posições já ocupadas.

Em cerca de 9,30 da manhã quando o contingente da polícia chegou à Esplanada, desceu das viaturas, e se pôs em forma a 30 passos do acampamento da fome. Com a guarnição em posição de atacar, o comandante avançou 15 passos e gritou, voltando-se para os trabalhadores:

— Que apareça o responsável pelo agrupamento!

— Pronto, Comandante! respondeu um dos acampados, avançando também 15 passos em direção da autoridade, cumprimentando-o, apresentou-se: — Eu sou o comandante (deu o nome), responsável pela guarnição, e ordeno que os senhores abandonem, senão eu ataco.

— Eu sou Sebastião dos Reis, respondeu o operário, responsável pelo acampamento, e declarou que estavam aguardando a decisão do Ministro do Trabalho. Fêz uma pausa e concluiu: — Daqui, comandante, só sairemos com o dinheiro dos atrasados.

(Conclui na 4.ª página)



Centenas de operários da Fábrica Confiança quando, conduzindo cartazes e faixas, se dirigiam para o Ministério do Trabalho onde instalaram o seu acampamento

Trocaram Os Nomes Dos Lugares Para Tomar As Terras Dos Lavradores

FARSA DO GOVERNO DO ESTADO PARA DESALOJAR OS POSSEIROS NO OESTE DO PARANÁ — JAGUNÇOS E POLICIAIS ESPALHAM O TERROR E A MORTE

Reportagem de HERMÓGENES LAZIER

Em reportagem anterior denunciámos a esta agitação em que se encontra toda a Oeste do Paraná, onde jagunços e contingentes da Polícia Estadual, acobertados pelo Governador Lupion, implantam o terror entre os posseiros, numa tentativa desesperada para desalojar os das terras onde trabalham.

Relatamos agora o que se passa em Palotina, uma das mais prosperas vilas da municipalidade de Guaiçara e de todo o Oeste Paranaense. As terras dessa Vila, que há cinco anos eram mata virgem, pertenciam ao dr. Rui de Castro, que as entregou à empresa "Pinho e Terra" para vendê-las e colonizá-las. Inúmeros lotes foram vendidos a lavradores que receberam os títulos de posse, deram início ao pagamento de impostos e se lançaram ao trabalho, desenvolvendo de forma impressionante toda a região, dando margem, inclusive, ao surgimento de indústrias alimentícias locais.

Mas com o desenvolvimento e valorização das terras surgiu a cobiça dos gileteiros. Em 1957, a Departamento de Geografia, Terras e Colonização fez um levantamento aerofotogramétrico da região do Oeste. Nesse levantamento, trocaram o nome das localidades. Assim, a denominação da gleba "Piquiri" foi substituída por outros nomes, fictícios, como colônias ou núcleos "Piquiri", "Rio Azul", "Jaraguá", "Penúria" e as glebas de nomes "Ovois", "Silva Jardim" e "Andrada" passaram a ser denominadas colônias "Guiracá", "Tucuriví" e "Pindorama". Essa foi mais uma das farsas do governo paranaense para poder vender uma, duas ou mais vezes a mesma terra.

Depois disso começaram a aparecer em Palotina pessoas com títulos fornecidos pelo D.G.T.C. quase todos elementos lupionistas. O Estado alegava, sobre aquelas terras devolutas, colônias duvidas sobre os documentos do sr. Rui de Castro.

ATUACAO DO VIGÁRIO

Diante desse fato, a população de Palotina enviou a Curitiba uma Comissão chefiada pelo vigário local, padre Rafael Pivatto, e composta de representantes de todos os partidos políticos locais. Da conversa que tiveram com o governador Moisés Lupion, ficou resolvido que o assunto seria encaminhado à Justiça e estabelecido que os colonos não seriam incomodados até que o caso fosse solucionado.

Em junho do ano passado, entretanto, apareceram em Palotina um contingente policial e vários jagunços para garantir a posse aos que receberam títulos do D.G.T.C. Começaram as confusões. Paralisou por completo a vida da localidade. A produção agrícola diminuiu. Houve muita fumaça quente entre os posseiros e os detentores.

(Conclui na 8.ª página)

PREVIDENCIA E DIREITO DE GREVE

PRONTO O TRABALHO DOS DIRIGENTES SINDICAIS SOBRE A LEI ORGANICA

Já se encontra em mãos do senador Lameira Ribeiro a Comissão de Serviço Público, o projeto da Lei Orgânica da Previdência Social, que continua a sua longa caminhada, recebendo as alterações propostas em sua maioria pelo movimento sindical brasileiro.

A Comissão de Estatísticas e Conferências Sindicais Nacional, apresentada para estudar os interesses dos trabalhadores, apresentou um relatório sobre a situação da previdência social, em que se afirma que a situação atual é insatisfatória e que se trata de uma reforma do tipo previdência social, que se trata de uma reforma do tipo previdência social, que se trata de uma reforma do tipo previdência social.

rá ser encaminhado ao Senado dentro dos próximos dias, e em favor de sua aprovação se voltará todo o movimento sindical brasileiro.

DIREITO DE GREVE

O senador Jefferson Aguiar, relator da Comissão de Constituição e Justiça, acabou de apresentar o seu anteprojeto substitutivo ao projeto que regulamenta o Direito de Greve. Os dirigentes sindicais, embora ainda não tenham examinado detalhadamente, acham, em primeiro lugar, que se trata de uma reforma do tipo previdência social, que se trata de uma reforma do tipo previdência social.

A BATALHA DOS SALARIOS

Dia 20 Acaba o Prazo Dado Pelos Ferroviários

No próximo dia 20 se esgota o último prazo dado pelos ferroviários para que a Central do Brasil atenda às suas reivindicações. O Diretor da Ferrovia e os Ministros da Viação e do Trabalho têm mantido vários contatos para estudar o assunto. Até agora, entretanto, não se conhece o

pronunciamento oficial das autoridades sobre as 11 reivindicações apresentadas pelos ferroviários e pelas quais estão dispostos a ir à greve. Apenas o abono de 30% e o salário mínimo de 6 mil cruzeiros parecem resolvidos.

São as seguintes as reivindicações que poderão levar os ferro-

viários à greve, se não forem atendidas até o próximo dia 20:

- 1. Promoções imediatas para todos os ferroviários;
2. Enquadramento dos servidores da Central do Brasil e outras ferrovias nas referências

das séries funcionais correspondentes às já existentes em outros ministérios;

- 3. Inclusão das carreiras de maquinista, cabineiro e condutor de trem na referência 23, de acordo com a Lei n. 2.281, de 1954;

- 4. Inclusão dos ferroviários no Plano de Classificação;

- 5. Salário mínimo da sede (Cr\$ 6 mil), para o pessoal do interior;

- 6. Abono de 30% para todos os ferroviários, inclusive o pessoal temporário, de obras e os admitidos

depois da criação da Rede Ferroviária Federal S.A.;

- 7. Gratificação de 40%, prevista no Estatuto, pelo exercício de funções com risco de vida e saúde;

- 8. Efetivação de todo o pessoal de obras e outros em situação instável;

- 9. Pagamento do serviço extraordinário em dobro;

- 10. Seis horas de trabalho apenas para as funções consideradas estafantes (maquinista, foguista e outras);

- 11. Salário familiar para todos os ferroviários.

BANCÁRIOS REPELEM PROPOSTA PATRONAL

No primeiro encontro entre os dirigentes dos Sindicatos de Bancários e de Banqueiros, para tratar do aumento salarial de 15% solicitado pela corporação, foi repelida a contraproposta de 25% apresentada pelo presidente do Sindicato patronal. No próximo dia 11, entretanto, o assunto voltará a ser estudado pelos banqueiros, sendo de se esperar a formulação de uma nova contraproposta visando a resolver amigavelmente o

impasse criado no primeiro encontro.

SALÁRIO PROFISSIONAL

Ao mesmo tempo que intensificam a campanha visando ao imediato reajustamento salarial na base de 15%, os bancários se empenham no movimento pela conquista do salário profissional. Nesse sentido continuam realizando esforços junto ao Ministro do Trabalho para que seja promovido, no próximo

dia 25, o encontro de representantes de empregados e de empregadores, com vistas à formação da comissão mista nacional, destinada a estudar e elaborar as bases do acordo instituinte o salário profissional.

ESTIVADORES CONQUISTARAM 20%

Cerca de 50 mil estivadores de todo o país acabam de conquistar um reajustamento salarial de 20%, que entrará em vigor a partir do dia 1 de outubro. O

acordo foi assinado pelo Ministro Fernando Nobrega, Almirante Sílvia Mota, sr. Alvirio Salles Coelho, e pelos dirigentes sindicais Oscar Fernandes da Silva, da Federação Nacional dos Estivadores; Osvaldo Pacheco, do Sindicato de Santos; e Augusto de Almeida, do Sindicato desta Capital. A assinatura do referido ajuste evitou a deflagração da greve nacional que estava prevista para esta semana.

ABONO PARA OS COMERCIÁRIOS

O Sindicato dos Empregados no Comércio desta Capital já se encontra em plena atividade visando a conquista do Abono de Natal. Nesse sentido, os dirigentes da corporação já estão se dirigindo aos empregadores, pessoalmente ou através de ofício, colocando-os a par da justa pretensão dos 250 mil comerciários cariocas.

SAPATEIROS QUEREM 50% DE AUMENTO

Os sapateiros do Distrito Federal já deram início à campanha pelo reajustamento salarial na base de 50%, para vigorar a partir de 1.º de outubro, data em que se encerra o último ano do. O sr. Plínio Alves, presidente da entidade dos sapateiros, falando a reportagem, declarou que o pedido de aumento de 50% sobre os atuais salários se baseia nos índices da recente Conjuntura Econômica, que assinalam uma elevação no custo da vida de 38,6% de outubro de 1957 a de 1958, e de 28,3% de janeiro a agosto de 1959. A decisão de lutar pelo reajustamento foi tomada na assembleia do dia 9.

PADEIROS AINDA SEM AUMENTO

Continua sem solução o problema salarial dos padeiros, que tem sido postergado pelos 29 mil padeiros desta Capital. O Sindicato dos Proprietários de Padarias tem postergado a solução do aumento, sob a alegação de que só com o reajustamento do preço do pão, será possível a concessão da melhoria salarial. Os trabalhadores indignados com a tergiversação patronal, ameaçam nos próximos dias para aprovar a marcha dos entendimentos e deliberar sobre as novas medidas a tomar visando a conquista do aumento de salários. O aumento de salários está previsto no DNT de 1959, mas os padeiros não recebem o aumento.

LEI DE IRRIGAÇÃO DO NORDESTE UM PASSO PARA A REFORMA AGRÁRIA

O "Diário Oficial" da União e os de todos os Estados nordestinos publicaram o anteprojeto de Lei de Irrigação do Nordeste, assinado pela Consultoria Jurídica do CODENO.

O fato provocou imediatamente uma onda de reação por parte dos grandes proprietários rurais da região. Na Assembleia Legislativa do Ceará, por exemplo, os elementos mais reacionários de todos os partidos se uniram, indistintamente, para dar combate ao anteprojeto. E depois de três sessões agitadíssimas em que o assunto foi debatido calorosamente, uma comissão parlamentar, integrada pelas figuras mais destacadas entre os latifundiários da zona jaguaribana, rumou ao Rio de Janeiro para se entender com o Presidente da República e realizar todos os esforços no sentido do torpedeamento da Lei de Irrigação. O desespero dos proprietários rurais não acabou, porém, que dois dias após o embarque da comissão, a assembleia votasse uma moção de apoio ao anteprojeto do CODENO. Enquanto isso, a Câmara Municipal de Fortaleza pronunciava-se também, por unanimidade, a favor da lei que manda desapropriar as terras irrigadas e irrigáveis do Nordeste.

O ANTEPROJETO

O anteprojeto de Lei de Irrigação do Nordeste, já enviado ao Congresso por iniciativa do Presidente da República, "regula o uso da terra e da água nas áreas de irrigação" do Polígono. Segundo o anteprojeto, os planos de irrigação, depois de aprovados pelo Presidente da República, "serão considerados da mais alta essencialidade para o desenvolvimento da região". A iniciativa baseia-se na Constituição Federal, que em seu artigo 141, § 16, permite as desapropriações por utilidade ou necessidade públicas, assim como por interesse social.

A exploração das terras dos sistemas de irrigação será efetuada através do lote agrícola que terá um máximo de 25 hectares. Nas áreas desapropriadas, os lotes serão distribuídos, mediante arrendamento, aos agricultores radicados na região e que exercem diretamente a agricultura como atividade exclusiva. O contrato de arrendamento será de três anos; ao fim do prazo, o arrendatário poderá optar pela compra do respectivo lote.

Para administrar os sistemas públicos de irrigação, a lei estabelece que a SUDENE, a Comissão do Vale do São Francisco e o DNOCS deverão promover a constituição de sociedades de economia mista e de cooperativas de regantes, com a cooperação de órgãos ou entidades governamentais.

O anteprojeto, que contém 37 artigos, dispõe sobre o processo de desapropriação, arrendamento, venda, administração, criação do Fundo de Irrigação, etc. Não é um projeto de reforma agrária, mas é um passo nesse sentido. Abre realmente perspectivas novas para uma transformação na paisagem agrícola do Nordeste, uma vez que ter-

MAS OS CORONÉIS DA TERRA JÁ ESTAO ASSANHADOS CONTRA O PROJETO ENVIADO PELO GOVERNO AO CONGRESSO

ANNIBAL BONAVIDES

(Correspondente de NOVOS RUMOS no Ceará)

400 MIL HECTARES SÓ NO CEARÁ

De acordo com os levantamentos já feitos pelo pessoal especializado do DNOCS, só no Estado do Ceará a área de terras irrigadas e irrigáveis ultrapassa de 400 mil hectares. Distribuídas essas terras numa base de 25 hectares por família camponesa, serão localizadas 16 mil famílias, ou seja cerca de 80 mil pessoas nas bacias dos açudes públicos.

As famílias de arrendatários, que serão no futuro os possuidores das terras irrigadas, não se beneficiarão apenas da água, mas também da energia elétrica a ser fornecida pelas usinas dos açudes públicos. O Oros, o Banabuiu e o Ararás, que são os três maiores reservatórios do Ceará, produzirão, em conjunto, mais de 100 mil quilowatts ou seja, um terço da capacidade atual de Paulo Afonso. Com água e energia e desde que haja um plano de assistência técnica e financeira aos milhares de regantes, haverá certamente um rápido desenvolvimento agrícola e a consequente formação de um florescente mercado interno regional.

É claro que essa perspectiva só será alcançada com muita luta por parte das forças progressistas da região, dos agricultores pobres em particular. A reação dos grandes proprietários rurais, ao ouvirem falar em desapropriação das terras que eles monopolizam improdutivamente, e um sinal de que nada se conquistará com facilidade. Agora mesmo, o Governo Federal, que enviou o anteprojeto do CODENO ao Congresso, está sendo fortemente pressionado no sentido de que volte atrás. Tão intensa é esta pressão reacionária, que um governador do PTB, o sr. Parsifal Barros, que antes tomara firme posição em defesa da desapropriação das terras irrigadas, e de sua distribuição em lotes arrendados aos agricultores pobres nos últimos dois meses, mudou de ideia e pediu ao Congresso a suspensão da Lei de Irrigação por divergência de opinião.

Encarecia-se, nas discussões, a inclusão de medidas econômicas concernentes à agricultura. Urgia a formação de um mercado interno. Se e que se pensava realmente na industrialização do Nordeste. As teorias sobre "excedentes" de população e "deslocamento de fronteiras", de que fizeram expoentes os economistas da OPENO, foram afinal derrotadas, pelo menos teoricamente. A formulação da Lei de Irrigação significa um recuo daqueles economistas em relação ao problema da terra, que eles tinham em não incluir no planejamento.

Encarecia-se, nas discussões, a inclusão de medidas econômicas concernentes à agricultura. Urgia a formação de um mercado interno. Se e que se pensava realmente na industrialização do Nordeste. As teorias sobre "excedentes" de população e "deslocamento de fronteiras", de que fizeram expoentes os economistas da OPENO, foram afinal derrotadas, pelo menos teoricamente. A formulação da Lei de Irrigação significa um recuo daqueles economistas em relação ao problema da terra, que eles tinham em não incluir no planejamento.

Encarecia-se, nas discussões, a inclusão de medidas econômicas concernentes à agricultura. Urgia a formação de um mercado interno. Se e que se pensava realmente na industrialização do Nordeste. As teorias sobre "excedentes" de população e "deslocamento de fronteiras", de que fizeram expoentes os economistas da OPENO, foram afinal derrotadas, pelo menos teoricamente. A formulação da Lei de Irrigação significa um recuo daqueles economistas em relação ao problema da terra, que eles tinham em não incluir no planejamento.

Encarecia-se, nas discussões, a inclusão de medidas econômicas concernentes à agricultura. Urgia a formação de um mercado interno. Se e que se pensava realmente na industrialização do Nordeste. As teorias sobre "excedentes" de população e "deslocamento de fronteiras", de que fizeram expoentes os economistas da OPENO, foram afinal derrotadas, pelo menos teoricamente. A formulação da Lei de Irrigação significa um recuo daqueles economistas em relação ao problema da terra, que eles tinham em não incluir no planejamento.

ra grandes porções de terras irrigadas e irrigáveis da posse monopolista dos coronéis, distribuindo-as, mesmo sob a forma de arrendamento, com os pequenos agricultores. As bacias dos açudes públicos passarão, assim, a ter um aproveitamento econômico, um fim social.

VITÓRIA DAS FORÇAS PROGRESSISTAS

A elaboração do anteprojeto de Lei de Irrigação do Nordeste e o seu envio ao Congresso representam sem dúvida uma notável vitória das forças progressistas da região, que desde janeiro deste ano tem formulado vigorosas críticas ao planejamento geral da OPENO, principalmente pelo fato de ter o mesmo, inicialmente, feito completa omissão da questão agrária no Nordeste.

A Lei de Irrigação foi o coroaramento de um expressivo movimento de opinião que se espalhou por todas as cidades nordestinas, exigindo modificações sérias no planejamento. Nos seminários de Fortaleza e Garanhuns, elementos representativos das correntes progressistas reivindicaram a necessidade imediata da desapropriação das terras irrigadas e sua distribuição com os agricultores pobres. Posteriormente, na Conferência dos Bispos do Nordeste, em Natal, essa ideia ganhou novos adeptos, evoluindo-se.

Encarecia-se, nas discussões, a inclusão de medidas econômicas concernentes à agricultura. Urgia a formação de um mercado interno. Se e que se pensava realmente na industrialização do Nordeste. As teorias sobre "excedentes" de população e "deslocamento de fronteiras", de que fizeram expoentes os economistas da OPENO, foram afinal derrotadas, pelo menos teoricamente. A formulação da Lei de Irrigação significa um recuo daqueles economistas em relação ao problema da terra, que eles tinham em não incluir no planejamento.

GRANDE AÇUDAGEM, UMA REALIDADE

A Lei de Irrigação surge no momento em que a grande açudagem e a realidade do Nordeste semi-árido Oros, a ser inaugurado em março de 1960, tem capacidade de para 4 bilhões de metros

cúbicos, volume maior que o da Baía de Guanabara; Banabuiu, a ser inaugurado também nos primeiros meses do próximo ano, terá uma capacidade de para 1 bilhão e 500 milhões de metros cúbicos; e o Ararás, inaugurado em junho deste ano, representará 1 bilhão de metros cúbicos; o Castanheteiro, cuja construção se iniciará brevemente, será outro Oros, pois representa mais de 3 bilhões.

Além desses grandes açudes, existem mais 48 reservatórios construídos pelo DNOCS, os quais totalizam uma capacidade de 1.508.613.000 metros cúbicos. Isto significa que somente o Ceará terá até fins de 1960, cerca de 12 bilhões de metros cúbicos de água armazenada, para irrigar algumas centenas de milhares de hectares de terras.

O COLOSSO DE OROS

De todos esses açudes, o Oros quase uma realidade, com mais 4 bilhões, coloca resistivamente na ordem-dia a necessidade imediata de medidas de reforma agrária nos setores nordestinos. O Oros e a maior obra de engenharia hidráulica já feita no Nordeste, exclusivamente com capital nacional e com técnicos nacionais, ali, onde há 28 anos, sob o governo de Epitácio Pessoa, fracassaram renomados técnicos norte-americanos e ingleses, triunfaram agora os engenheiros brasileiros.

Com o Oros abrem-se perspectivas de valorização econômica de uma grande parte do Ceará. Dezenas de municípios serão beneficiados. Além da irrigação de 70 mil hectares de terras e dos 38 mil quilowatts de energia elétrica, criar-se-ão novas condições favoráveis à instalação de pequenas indústrias na região jaguaribana.

PELA APROVAÇÃO DA LEI

Em todo o Nordeste, neste momento, há um assunto que desperta o mais vivo interesse: o anteprojeto de Lei de Irrigação. Sabem os elementos progressistas que o referido anteprojeto ainda não corresponde ao atual amadurecimento de uma realidade social e econômica. O anteprojeto está evadido de artificialismos e brechas por onde os latifundiários da região poderão tentar a sabotagem contra as massas camponesas interessadas no arrendamento das terras irrigadas. Mas, no fundamental, o anteprojeto do CODENO e uma vitória alcançada, em boa hora, pelo movimento progressista nordestino. Queriam ou não queriam a questão da reforma agrária esta colocada. A Lei de Irrigação é uma prova disso. Poderão ser desapropriadas importantes parcelas de boas terras dos latifundiários. Se as forças progressistas e democráticas não atenuarem a sua vigilância e luta em torno da aprovação imediata, pelo Congresso Nacional, da Lei de Irrigação do Nordeste.

O PLANO E A PRESSÃO DO SR. CARVALHO PINTO

JOSÉ ARMANDO DE CASTRO

Foi a 9 de Julho último que as estações de rádio e TV transmitiram um discurso do sr. Carvalho Pinto, apresentando um resumo do Plano de Ação do governo do Estado, cuja execução exigiria a aplicação de 100 bilhões de cruzeiros. Sete dias depois o "Diário Oficial" publicava um projeto de lei concedendo essa fabulosa quantia ao Executivo. E só cinco dias tiveram os deputados para estudar e apresentar emendas ao plano e ao projeto de lei, que foram, aliás, expostos num livro de 145 páginas. Muitos parlamentares nem sequer conseguiram obter, em tempo oportuno, exemplares do plano. E, corando toda essa pressa, os meios governamentais passaram a exercer, através das mais diversas formas, pressão sobre o Legislativo a fim de que aprovasse, sem emendas, o projeto, para não dividi-lo. Chegaram mesmo a explorar o descontentamento popular contra a carestia, apresentando o plano do governador como "medida de salvação".

O Plano de Ação do governador Carvalho Pinto surgiu numa conjuntura política nacional de crescente resistência das massas à pressão imperialista e aos aspectos antipopulares da política do governo federal, e de crescentes movimentos de protesto contra a carestia em São Paulo. Surgiu, também, quando estamos entrando na campanha sucessória e a política do governo estadual se entrosou no dispositivo da candidatura do sr. Jânio Quadros. Tais objetivos políticos não podem ser separados inteiramente do Plano. Por isto mesmo, é notório que deputados da oposição e mesmo da situação estranhem a pressão do Executivo para fazer aprovar, em ambiente de surpresa e nervosismo, o projeto de lei, sem emendas e correções. Disse bem da tribuna o deputado Jethero Faria Cardoso: a aprovar o projeto de lei, como quer o Executivo, é melhor fechar esta Casa.

Fala-se, também, com insistência, que existe certa coincidência entre o projeto de lei, a pressão para sua aprovação e a paixão com que é defendido pelos líderes da equipe coordenadora da candidatura do sr. Jânio Quadros. E outro aspecto da propaganda volumosa do Plano é sua vinculação com essa candidatura. Grande promessa aos paulistas...

As municipalidades que estão empenhadas no movimento democrático municipalista temem uma submissão maior ao Executivo, uma vez aprovada o projeto como desejo do governo. O mesmo ocorre com setores da indústria e agricultura que não comungam inteiramente com os conceitos do governador ou com a candidatura Jânio Quadros.

Os trabalhadores têm algumas experiências do caráter do governo eleito em 3 de outubro, como as da chacinha em praça pública por ocasião do protesto contra o aumento das tarifas da CMTC e, mais recentemente, a pressão e as ameaças contra os grevistas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro e a repressão aos protestos populares ocorridos em Cuiabá e Santo André. Por isso não aceitam o plano e os métodos aplicados pelo governo para sua aprovação, sendo inexpressivos os pronunciamentos de apoio cego ao mesmo, por parte de alguns dirigentes sindicais. E o mesmo acontece entre as demais camadas, por parte de entidades e personalidades nacionalistas.

O Acampamento da Fome

(Conclusão da 5ª página) — Bem, nesse caso, afirmamos o oficial, não atacaremos, mas não fazemos agitação. E a batalha encomendada pelos ministros não passou desse diálogo. Na verdade, os tecelões só se retiraram da Esplanada, 6 horas depois, para receber o dinheiro dos atrasados que já se encontrava em mãos do Presidente do seu Sindicato. NOVA CAMPANHA Mas a campanha dos trabalhadores da Confederação é apenas um aspecto da sua luta pela sobrevivência; o outro é o movimento geral por aumento de salários e contra a carestia em que também estão empenhados. Com efeito, no mesmo dia 4, à noite, reuniram-se na sede do Sindicato dos Têxteis mais de 400 representantes de 28 fábricas, para tratar da nova campanha pelo reajustamento salarial, destinado a beneficiar mais de 30 mil tecelões desta Capital. Na reunião ficou deliberado um novo encontro no próximo dia 18, quando serão estabelecidas as bases em torno das quais se desenvolverá a luta geral por aumento de salários.

Assim como o próprio governo, o Plano expressa contradições das classes dominantes em São Paulo. Mas a predominância é dos aspectos antipopulares e antinacionalistas. Isto é bem evidente no conceito de reforma agrária que, no essencial, não beneficia as massas trabalhadoras do campo nem com um pedaço de terra, nem com a possível assistência. O governador do Estado disse mesmo, referindo-se a um projeto de lei para expropriação de um latifúndio em Santa Fé do Sul a fim de serem atendidas centenas de famílias em luta pela sobrevivência, que isto seria "um perigoso precedente" para outras famílias sem terra. Em outra ocasião, o governador reconheceu, em nota publicada no "Estado de São Paulo" de 14 último, que da política agrária traçada pelo seu governo resultarão mais de 400 mil desempregados no campo e que a tendência é a diminuição da terra cultivada. "Distribuir terra é demagogia", afirma, por sua vez, o secretário de Agricultura, sr. José Bonifácio.

Outro aspecto que caracteriza o governo estadual, sua política e o Plano é o conceito de ampla liberdade e proteção aos trusts norte-americanos, a liquidação do chamado "confisco cambial" e a manutenção e aplicação do Estatuto fascista do funcionalismo, etc.

Não há dúvida de que tais perspectivas e conceitos entram em flagrante contradição com as perspectivas da situação internacional, nacional e local. O que avança é a consciência nacionalista e democrática; é a necessidade que tem a nação de livrar-se do domínio dos trusts norte-americanos. Por isso mesmo cresce a influência política do povo, como o demonstraram suas recentes manifestações de apoio à resistência do governo federal às imposições do Fundo Monetário Internacional. Durante o governo do sr. Carvalho Pinto, há ocorreram em São Paulo mais de 200 greves, além de centenas de outras manifestações das mais diversas camadas sociais contra a situação existente. Exemplo frisante da perspectiva das massas é a recente Convenção Estadual Contra a Carestia, que aprovou um programa de luta contra o alto custo da vida, bem como a introdução de modificações sensíveis e construtivas no Plano de Ação do governo, através de emendas apresentadas na Assembleia Legislativa.

É de se destacar que a própria FARESP, que representa setores da lavoura a serem bastante beneficiados pelo Plano, reconheceu, em nota publicada pela imprensa, a necessidade de modificações em aspectos do planejamento. Outras entidades de prestígio na vida social de São Paulo ainda estudam o Plano. Mas o governo quer aprová-lo de qualquer forma. E lança mão de todos os meios de pressão, tentando impedir que o assunto seja devidamente esclarecido. O sr. Carvalho Pinto possui uma maioria solta na Assembleia (62 dos 91 deputados); tem à sua disposição a imprensa, as estações de rádio e de TV. Mas teme o debate público, teme as emendas e tem pressa...

Em outra nota, analisaremos alguns aspectos do Plano e do projeto de lei para localizar as causas de tanto nervosismo e pressa.

NOTA ECONÔMICA

Reforma Agrária

A reforma agrária está na ordem do dia. Ao lado da expansão desta doutrina nos meios dos grandes setores urbanos e da política nacional progressista, já hoje não desatualizada pela governação e atraso da agricultura em relação ao plano de desenvolvimento do setor industrial da economia brasileira, tem dúvida, um fator há sido a alta pressão da vida, que hoje estrangula as massas trabalhadoras e a grande maioria das classes médias urbanas.

Sem nunca perdidas, em profundidade, a questão agrária, com todo uma política agrícola adequada às condições do país, o Governo continuará a não obter o mínimo resultado com as medidas de "superação" e de "suprimento", que adote em relação ao problema da carestia. Deve-se reconhecer, portanto, que o problema da formulação de uma política de reforma agrária adequada às necessidades do País, está longe de ser um problema já resolvido mesmo no campo teórico, e entre as forças mais progressistas que formam o Governo, simpatizantes de medidas inspiradas com a sinceridade com a causa da reforma agrária.

Atualmente, a reconhecida necessidade de uma política agrícola adequada às necessidades do País, está longe de ser um problema já resolvido mesmo no campo teórico, e entre as forças mais progressistas que formam o Governo, simpatizantes de medidas inspiradas com a sinceridade com a causa da reforma agrária.

Atualmente, a reconhecida necessidade de uma política agrícola adequada às necessidades do País, está longe de ser um problema já resolvido mesmo no campo teórico, e entre as forças mais progressistas que formam o Governo, simpatizantes de medidas inspiradas com a sinceridade com a causa da reforma agrária.

vernamas, diante de tais medidas. Apenas como exemplo, citamos a instauração, pelo Estado, de um sistema de financiamento direto no produtor, para livrá-lo da cadeia de intermediários especuladores, que é uma medida simples, que não implica em qualquer lei a ser aprovada pelo Congresso, uma medida de superfície, praticamente, embora que um avanço efetivo no sentido de uma melhoria das condições de vida no campo e do abastecimento dos grandes centros, e que nem por isso é rotulada simplesmente pelo Governo.

O reconhecimento da existência de uma considerável margem de dúvidas, no terreno teórico, sobre a questão agrária, deve servir apenas, e sobretudo, como a realização da necessidade — urgente, porque o problema é — de seu estudo. Assim como que uma importante contribuição nesse sentido, começa a ser feita pelo economista Manoel de Sá, que, desde que chegou à cidade de Natal, em 1958, tem vindo a desenvolver estudos sobre a questão agrária, por parte de pessoas de nível técnico, com o apoio financeiro de um grupo de agricultores da alta capacidade, que se dispõem a dedicar esse fim o problema, durante as conferências, o balanço final do ciclo promete resultar grandemente positivo.

São dois os pontos básicos da divergência, na discussão do problema agrário, que o Sr. Manoel de Sá propõe debater, sendo resolver, com a ajuda dos técnicos que o assistem (e assistir, aqui, vai dito nos dois sentidos da palavra): a diversidade e multiplicidade do problema, que se apresenta das mais diferentes maneiras, segundo as regiões do país; e a oportunidade do levantamento da bandeira da reforma agrária, numa forma radical e exigindo grande mobilização popular, antes da vitória ou, pelo menos, de uma vitória parcial, mas decisiva e consolidadora, na luta contra o imperialismo.

É de grande importância que se empreenda o estudo aprofundado e sistemático dessas questões, de maneira a liquidar-se de vez com os pontos e maior parte das hostilidades, legítimas e insusceptíveis que manifestam, nesse terreno, com o direito e movimento nacionalista e progressista do país, os responsáveis pela condução teórica desse movimento, por mais capazes e dedicados que sejam eles. Encontra-se mesmo, e

com certa frequência, nos últimos tempos, idéias e economistas, com grande prestígio nos meios nacionalistas e progressistas, que vão sem pestanejar ao exagero de negar, para o simplesmente, a existência de qualquer problema agrário no Brasil, e de atribuir ao imperialismo, interessado em desviar a atenção do país da luta contra ele, a responsabilidade pelo surto atual do movimento a favor da reforma agrária.

Já a primeira palestra do Sr. Manoel de Sá, na ISER, teve o mérito de trazer novos e preciosos elementos para a refutação daqueles exageros. Divulgou ele, na ocasião, estudos que realizou, com base em estatísticas precárias, mas dignas de serem consideradas, como expressão de tendências — que provavelmente, no setor agrícola da economia, no período 1950-57, cresceu numa média de apenas 2,7% ao ano (crescimento de renda), enquanto o setor industrial crescia num ritmo de 7,6% a.a., a população crescia em 2,5% a.a., e o ritmo de crescimento das populações urbanas era de 3,7% a.a. (este último dado é relativo apenas no período 1940-50, mas, aparentemente, é válido pouco mais ou menos para todo o período 1950-57).

Provavelmente, que o problema da carestia do setor agrícola, em conjunto, não existe apenas na esfera de alguns setores. Esperamos que o Sr. Manoel de Sá, com a sua contribuição e das respostas adequadas aos problemas colocados, nos esta constatações.

R. A.

UM GAÚCHO DE VERDADE

TUDO aconteceu num dia 1.º de Maio. Dia de festa, de confraternização, de juízo, em todos os quadrantes da terra. Porém, naquele 1.º de maio de 1950 uma tragédia iria abalar o país, manchando de sangue a história da cidade do Rio Grande. O Dia Internacional do Trabalho, festa democrática por excelência, seria transformada numa brutal chacina com mortos e feridos pelas ruas. Sangue inocente derramado pela intolerância, pelo ódio, pela violência brutal de alguns homens.

Doze anos depois dos trágicos acontecimentos um homem simples, nobre e corajoso, pádece vítima de conflito sangrento. Seu nome: Antônio Recchia. Uma bala feriu-o na coluna vertebral imobilizando seus membros inferiores. Desde essa época, o então vereador pela cidade de Rio Grande, sofre a imobilidade forçada num leito. Mas, a fibra de um homem so se conhece vendo seu comportamento na adversidade. O gaúcho Recchia, impulsivo e trabalhador, não se deixou vencer pela paralisia. Impossibilitado de exercer o mandato de vereador, não podendo participar da fatigante atividade sindical em que se destacou, vem dedicando todas as suas energias a distribuição dos jornais populares. Atualmente, Antônio Recchia é um dos líderes na difusão de NOVOS RUMOS pelo interior do Brasil. Pode ser mesmo tomado como modelo entre os agentes do jornal, pelo zelo e entusiasmo com que se dedica à ampliação do quadro de leitores, pelo pagamento pontual e, até, antecipado de suas quotas.

De passagem pelo Rio de Janeiro, onde veio submeter-se a novos exames no Hospital dos Marítimos, NOVOS RUMOS não podia deixar passar a oportunidade para um

bate-papo com este amigo eficiente colaborador, um autêntico homem de verdade.

FISIONOMIA serena, um pouco seria talvez, barba-do, voz firme, olhos penetrantes, vai no curso da palestra contando um pouco da sua vida. Como muitos outros gaúchos e neto de emigrantes, nascido e criado nos pampas, filho de agricultores. Santa Maria é sua cidade natal e 15 de setembro de 1910 a data de seu nascimento. Orfão aos 5 anos acompanha seus familiares aos trabalhos agrícolas desde essa idade até completar 13 anos, quando já se dá conta das duras condições. Impostos nos lavradores. Resolve, então, mudar de vida, transfere-se para Rio Grande, vai trabalhar na fábrica de lição. "Rheingantz". Durante 8 meses frequenta a escola anexa à fábrica após a labuta diária. Aos 14 anos vai aprender fundição trabalhando como ferroviário até os 19. Nessa época joga futebol, luta arduamente para melhorar a situação econômica e namora uma jovem tecelã que será a sua magnífica companheira pelo resto da vida. Finalmente, passará da ferrovia para embarcação no rebocador "Antônio Azambuja". Como tripulante do rebocador conhece Ciro Lucas da Conceição (Bolinha) que vai a peles dos de 30 liderava uma greve de operários do cais, Recchia é o único embarcação do "Antônio Azambuja" a comparecer à assembleia dos grevistas. Desde então participa de todos os movimentos reivindicativos dos portuários até chegar a ser um de seus líderes e ser eleito vereador por duas vezes 1947-51 e 1952-56.

Solitário, de temperamento impetuoso, o portuário de Rio Grande odeia a ditadura (Conclui na 9.ª página)



FUSÃO DE RJ OU ESTADO DA GUANABARA

AUTONOMIA EM PRIMEIRO LUGAR

JOAO CORREIA

Há treze anos, desde a promulgação da Constituição de 1946, com o retorno do país à legalidade democrática, vem sendo negado à população carioca o seu direito de autodeterminação. Em quanto Paris, Roma e Londres, apesar de sedes dos governos dos respectivos países, têm seus Prestitos eleitos, a cidade do Rio de Janeiro sempre esteve comandada administrativamente pelo Executivo Federal. Num regime, presidencialista, como o nosso, sabemos como é fácil pressionar o Legislativo, daí portanto a inoperância da Câmara Municipal do Distrito Federal, eleito pelo povo. Os próprios votos do Prefeito são submetidos ao Senado, onde representantes de Estados longínquos decidem sobre assunto de interesse restrito da população carioca, que nada pode fazer contra as negociações, contra o empreguismo, que os "coronéis" do interior usam como instrumento de corrupção, contra o mau governo, em suma.

Éis que surge a oportunidade com a próxima mudança da Capital para Brasília, a autonomia do povo carioca não pode mais ser negada. Mas logo aparece, arditamente levantado, o problema da incorporação do atual Distrito Federal ao Estado do Rio. Por mais que se justifique, com razões históricas, geográficas e econômicas, os defensores da fusão não conseguem anular os motivos políticos e financeiros favoráveis à criação do Estado da Guanabara.

A solução dos angustiados e crônicos problemas do povo carioca, tais como água, transportes, moradias, energia elétrica, telefones, rede de esgotos, escolas, hospitais etc., está a depender de uma administração realmente a serviço do povo e da utilização de grandes verbas orçamentárias. Todas as condições existem para a escolha de um bom governo para o Estado da Guanabara. A forte concentração operária (156.164 pessoas em 1950), os 323.866 sindicalizados, per-

tencentes às diversas categorias sociais, o elevado nível político demonstrado nas últimas eleições, e a ausência das forças retrógradas do latifúndio garantem que o povo carioca, podendo participar da vida pública do novo Estado, saberá eleger um Governo popular e progressista, verdadeiro exemplo para as populações das regiões vizinhas, e cuja influência, mercê da condição de grande metrópole que o Rio não perderá, será exercida em todo o território nacional.

Com a fusão, o que acontecerá? Surgirá um novo Município no Estado do Rio. A intromissão da política fluminense, que tem como base a população rural (1.200.000 pessoas em 1950), a legislação estadual esmagando as leis municipais, e a dualidade administrativa nos setores básicos de finanças, educação, obras públicas e segurança pública, dificultarão ou impedirão, na atual situação político-social, a solução dos grandes problemas do povo.

Quanto aos motivos financeiros, basta atentar para o fato de que, com a fusão, somente parte da receita pública arrecadada ficaria no Município. Sabendo-se que a renda da Prefeitura do Distrito Federal é três vezes maior que a do Estado do Rio, é fácil ver quem sairá perdendo.

As argumentações de que o Estado da Guanabara seria "uma cabeça sem corpo" e não poderia subsistir economicamente, são frutos de esquematisações afastadas da realidade. O futuro Estado da Guanabara continuaria fazendo parte do Brasil e a legislação federal continuaria regendo as suas relações com o resto do país. Será simplesmente um Estado altamente industrializado (valor da produção industrial em 1954: 38 bilhões de cruzeiros) e um grande centro comercial e bancário.

Mais tarde, com o promulgo político-social do Estado do Rio, solucionados os problemas regionais, a fusão dos dois Estados poderá ser resolvida em plebiscito.

Da Mudança à Fusão

Washington Rodrigues Pinto de Almeida

Enquanto Brasília se prepara para a mudança, o problema da fusão do Distrito Federal com o Estado do Rio se equaciona em busca de solução que afetará, positivamente, as atividades das duas importantes regiões do país.

A Constituição estipula a transferência para Brasília e a fundação do Estado da Guanabara.

Os constituintes de 91, quando deliberaram delimitar, no Planalto Goiano, o futuro Distrito Federal, iniciavam a materialização da antiga ideia de ganhar para o progresso a imensa região do Brasil centro-oeste, o legado de riquezas deixado pelos Bandeirantes, investidos da missão histórica de rasgar os primeiros caminhos da civilização.

Após a Revolução de 30, uma mentalidade mais evoluída, refletindo valores econômicos em expansão, passou a influir na decisão dos problemas nacionais e o desenvolvimento da civilização da orla marítima para os pontos longínquos do interior tem sido tarefa constante.

Na marcha rumo ao Oeste, iniciativas visando localizar, no sertão bruto, núcleos populacionais, não obtiveram o sucesso esperado porque a nação ainda não possuía a consistência econômica nos empreendimentos de tal vulto.

Depois que a Petrópolis passou a fornecer lucros em escala ao possibilitada pela indústria petrolífera, é que surgiram as bases econômicas geradoras da moderna teoria do Desenvolvimento, criando, especialmente, da industrialização intensiva e da valorização do interior na construção de Brasília.

A certeza de levar diante estas bases do Desenvolvimento ficou assegurada quando as forças políticas, expoentes das primeiras reconhecidas da Era do Petróleo, saíram vitoriosas nos acontecimentos de novembro.

A determinação da mudança colocou em foco a fundação do Estado da Guanabara e as questões daí originadas são analisadas e debatidas sob os mais diferentes aspectos, mas todos eles invariavelmente relacionados pela convicção de que o Guanabara seria mesmo uma realidade.

Nas discussões chegou a surgir a bem humorada perspectiva da transformação dos bairros cariocas em municípios autônomos, com seus próprios e câmaras de vereadores, dissolvendo praticamente a cidade do Rio de Janeiro e escolhendo para capital do Guanabara um bairro qualquer, sendo o Cateie o mais indicado por já possuir um Palácio perfeitamente aparelhado para o exercício da função.

As mais diferentes soluções são apresentadas para a organização do novo Estado.

Uma corrente opta pela intervenção federal; outra é da opinião de que os vereadores devem ser elevados à categoria de deputados constituintes; uma terceira corrente propugna pelas eleições, a forma democrática que assegura a participação do povo.

Recentemente, porém, o problema foi

colocado de modo completamente novo, fascinando os estudiosos do assunto pelo fato de desponta na ideia, assaz brilhante, da fusão do Distrito Federal com o Estado do Rio de Janeiro.

A fusão implicará numa reforma constitucional, ponto de controversia que de vez em quando vem à tona trazido por uma ou outra fração política.

Sempre que se cogitar de qualquer reforma na Constituição de 18 de setembro será preciso tratar primeiro de fazê-la funcionar plenamente, pois nunca devemos esquecer o estulto infligido ao proletariado na cassação dos mandatos dos deputados comunistas. Legalizar a atuação política dos representantes da classe operária, garantindo, assim, a defesa dos interesses dos trabalhadores, na fusão das duas unidades.

Um dos pontos principais da fusão está na disposição das forças sociais situadas em ambas as regiões.

Demograficamente, o Distrito Federal é um denso aglomerado dentro de limites estreitos, sendo, depois de São Paulo, o principal setor industrial com uma renda de 12 bilhões anuais.

Neste pequeno território, ofuscados pelos faustos da burguesia, vivendo seus dramas, lutado pelas suas aspirações, estão, lado a lado, o operariado e a classe média, cujos interesses muitas vezes se confundem com os do proletariado.

A classe média constitui no Distrito Federal um grande contingente, não só pela expressão numérica, mas, também, pelas suas personalidades que atuam em todos os setores da cultura, nas artes, ciências e política.

Economicamente apoiada, apesar de tudo, tem sido pelo seu alto tirocínio político e acendrado amor patriótico uma praça poderosa nas lutas pelo Desenvolvimento e emancipação do Brasil.

O Estado do Rio tem a economia atrelada nas atividades agropecuárias e caméias rapidamente para a industrialização. A população está harmoniosamente distribuída e a situação geográfica das cidades impede a existência de zonas super-habitadas em detrimento de outras vazias ou abandonadas.

Cana, café, algodão e sal-gema constituem fontes de riquezas.

A instalação de indústrias se faz em quase todos os municípios, desde Barra Mansa, Valparaíso, Paraíba do Sul, Três Rios, Mairá, Araruama, Cabo Frio, Miracema, Itaperuna, Itaboraí e Campos.

A indústria do turismo é incrementada nas cidades serranas, e em Cascas e Petrópolis constitui mais uma gigantesca refinaria.

A arrecadação heira os 5 bilhões de cruzeiros e com o pleno aproveitamento do seu potencial econômico futuramente ultrapassará a do Distrito Federal.

Embora haja no confronto um desnível nas rendas, não haverá, contudo, o perigo de deavio de verbas para o Estado do Rio, pois, executada a fusão, os benefícios serão múltiplos e recíprocos, através do fluxo e



PERO VAZ

COISAS

A rainha Maria Antonieta, por ingenuidade ou perversidade, quando os franceses clamavam por pão, recomendava que comessem "briches". Aqui, não se chegou, ainda, a recomendar a substituição do "crueto", mas os protestos contra a alta alucinante do custo de vida estão sendo ameaçados de severa repressão. Mas será que a repressão contra os consumidores contribuirá para solucionar os problemas do abastecimento? Não seria mais racional, no caso da carne, por exemplo, tomar severas medidas contra os frigoríficos estrangeiros, que armazenam, exportam, enfim dispõem do produto como querem e ao preço que querem? E em meio a essa onda criada, de propósito, para atenuar as dificuldades da população não faltam os cuidados, no sentido anti-social, para emocionar a opinião pública e adiar as soluções, distribuindo benefícios limitados e particulares. São os chamados tranquilizantes: não curam a doença, mas dão uma sensação de bem-estar ao doente. Alguns casos me ocorrem, no momento. O caso do menino Roberto que veio da Rio Grande do Sul atacado de leucemia, e a quem a Câmara Municipal doou trezentos mil cruzeiros, para tratar-se na França. Quem não se comove diante de uma criança que procura recursos para prolongar seus dias de vida? Mas no mesmo dia, no morto do Salgueiro, Marlene Gomes da Silva Costa dava à luz uma criança que teve poucos momentos de vida, porquê a ambulância do Hospital Souza Aguiar, demorou 3 horas para atendê-la. Que faz a Câmara Municipal para amparar as mães sem recursos?

Continuemos. "Camundongo", um tipo popular do Rio, que mora numa carroça velha, como presente de aniversário templetou 106 anos! Vai receber um barraco. Mas é bom anotar que aqui mesmo, onde "Camundongo" terá um barraco, dez mil ações de despejo foram propostas no primeiro semestre deste ano, o que corresponde a uma média de 83 processos por dia. Essas famílias encontrarão quem lhes dê moradia? E tem mais, Brenda Lee, uma cantora de 11 anos, foi proibida de cantar em "boites", apesar de no seu país de origem apresentarse em tais lugares. Mas quem apareceu para proibir que a Prefeitura sustente colégios onde as crianças sofrem as maiores indignidades materiais e morais, e até uma criança de 6 anos foi violentada por funcionário de um desses colégios?

Ainda não mandaram que o povo, comesse "briches", mas pretendem que morra de fome, sem protestos, recorrendo, apenas, à terapêutica dos benefícios.

ANA MONTENEGRO

RADIO TV

APLAUDIMOS

...A bela transmissão que o Canal 6, realizou, diretamente do Conservatório de Música, do concerto do pianista húngaro Peter Frankl, vencedor do 2.º Concurso Internacional de Piano do Rio de Janeiro:

...o Circo de Arrebia, na TV-RIO. Ainda é um programa sadio e bem orientado — qualidades raras nas atrações que as nossas emissoras de TV destinam às crianças.

REPROVAMOS

...um triste programa chamado "Com...módia para Rir", que o jovem e desmoteado Canal 9, telma em apresentar semanalmente. Francamente, dá-nos uma vontade louca de chorar...

...o novo cantor-sensação João Gilberto, apresentado segunda-feira passada no minguinte "Notas Cariocas", da TV-Rio. Por princípio, temos simpatia por tudo que é novo. Mas no caso do João Gilberto é difícil. Por mais que nos esforcemos, não conseguimos compreender como um cantor possa ser admirado por não ter voz, por cantar desafinado e sem ritmo.

...os filmes de 3.ª classe perpetrados em Hollywood e dublados em português que a TV-Tupi exhibe semanalmente. Lançamos de "Fengalar", Ford na TV, e outras barbaridades. Artistas deserdados, diretores indigentes, histórias tipo "Grande Hotel", em dublagem fora de sincronismo — mudam todas as semanas boa quantidade de "cachês" aos nossos artistas.

DIZEM

...que a radioatriz Dayse Lúide, da Nacional, foi convidada para fazer uma temporada em uma de nossas companhias teatrais.

...que o "Grande Teatro Orniex", que a Nacional apresentou no ano passado, na TV-RIO, está correndo o risco de ir para o Canal 9.

...que as apresentações, em Porto Alegre, do "Auto da Compadecida", dirigido por Silva Ferreira, da Rádio Nacional, com artistas do rádio gaúcho, foi um sucesso marcante.

...que César de Alencar foi proibido pela direção da E-8 de realizar mais um programa na TV-RIO.

NOTA DA REDAÇÃO

A partir de março-abril de 1959, o antigo protetorado francês e espanhol do Marrocos conquistou sua independência política. Localizado num ponto extremamente sensível da África — próximo à fronteira da conflagrada Argélia — o povo marroquino procura preservar cuidadosamente sua soberania estatal. E como sua economia ainda se encontra umbilicalmente ligada à dos antigos colonizadores, luta para consolidar sua independência política através do fortalecimento da independência econômica. É esta questão vital hoje para o povo marroquino, que expõe a objetiva Declaração do Partido Comunista Marroquino que divulgaremos aqui.

Para melhor esclarecimento do leitor, informamos que o Marrocos tem cerca de 400 mil quilômetros quadrados, mais de 8 milhões de habitantes, a maioria dos quais maometanos. Capital Rabat (pouco mais de 150.000 habitantes, sendo uns 40 mil europeus). A agricultura é a base de sua economia.

O Birô Político do Partido Comunista Marroquino realizou uma reunião extraordinária a 8 de julho, durante a qual analisou a situação econômica de nosso país à luz das medidas recentes relativas à criação de um Instituto Nacional de Emissão e ao controle do câmbio, decididas pelo governo em seguida ao bloqueio da «conta de operações» pelo governo francês.

Concluiu-se, por essa análise, que se tornou necessária a imperiosa exigência de aplicar soluções de conjunto aos problemas fundamentais relativos à libertação de nossa economia e ao seu desenvolvimento harmonioso em proveito das massas populares.

A ESTRUTURA COLONIAL DE NOSSA ECONOMIA

Nossa economia finda, no conjunto do sistema colonial francês, um caráter complementar, dependente, recebendo impulsos da «metrópole»; a cujas necessidades estava adaptada, para a compra e a venda de matérias-primas e de produtos, para a exportação e a transferência de capitais e lucros, e igualmente para a realização de uma política de povoamento colonial.

A dominação exercida pelo capitalismo colonial sobre nossos principais meios de produção e de troca e nossas fontes de matérias-primas desenvolveu-se à medida em que se intensificava a penetração imperialista. No entanto, a grande massa de nosso povo — operários, camponeses, artesãos, pequenos comerciantes — foi submetida a uma dura opressão econômica e a uma exploração em vasta escala.

Infelizmente, a reconquista de nossa independência política não se fez acompanhar de uma mudança sensível desta situação.

Verdade é que se puseram em prática medidas positivas em certos domínios, como por exemplo, a nova tarifa aduaneira, a criação do

DECLARAÇÃO DO PC DO MARROCOS

CHAVE DO DESENVOLVIMENTO: MEDIDAS DE NACIONALIZAÇÃO

S.E.P.I., a operação lavoura, a criação do Departamento Nacional do Chô e a libertação do franco marroquino em fins de 1958; no entanto, além de seu caráter fragmentário, estas medidas não poderiam, por si mesmas, resolver nossos problemas econômicos fundamentais. Sua insuficiência traduz, sobretudo da parte dos governos que se sucederam após a independência, a ausência de perspectivas claras e de orientação precisa quanto aos meios de libertar a economia e de acelerar seus ritmos de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a recusa de apoiar-se na capacidade revolucionária do povo.

«DESNATAÇÃO» E ESTAGNAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL

Assim é que em 1956, 1957 e 1958 houve uma verdadeira «desnatação» no plano econômico: as melhores riquezas de nosso país foram exportadas sem que se fizessem investimentos suficientes para ampliar o potencial de produção e mesmo para renová-lo, a que se manifestou, em particular, pelo aumento do desemprego nas cidades, agravado pelo crescimento demográfico e pelo êxodo rural.

Não houve surto econômico de certa importância em 1958. Desde 1953-1954 tem havido, no conjunto da produção nacional, inequívoca estagnação. O valor da produção interna em 1958 mal alcança o valor da produção em 1953, ao passo que o aumento natural da população pode ser calculado em mais de um milhão durante os últimos 5 anos. Conclui-se, evidentemente, que o nível de vida já não miserável das classes trabalhadoras baixa constantemente, ao mesmo tempo em que não há aumento da produção e uma repartição mais justa da renda nacional.

Nosso partido não deixou, desde a independência, de esclarecer a opinião pública quanto à necessidade de romper os grilhões imperialistas que sufocam nossa economia e que constituem o principal entrave a seu desenvolvimento harmonioso.

O Partido Comunista Marroquino demonstrou, por diversas vezes, que a chave de nosso desenvolvimento está na nacionalização de nossos principais meios de produção e de troca e das fontes de matérias-primas, setores quase inteiramente dominados pelo grande capital colonial, e uma profunda reforma agrária que redistribua as terras colonizadas e feudais em proveito dos camponeses pobres e, ao mesmo tempo, transforme a estrutura da produção agrícola.

A experiência acumulada pelo nosso povo

durante os três últimos anos provou plenamente a justiça dessas medidas.

RELAÇÕES MONETARIAS E FINANCEIRAS COM A FRANÇA

Nosso país está, de fato, submetido a um verdadeiro poder econômico estrangeiro. Sua moeda era emitida, até primeiro de julho último, por um banco colonial, o Banco Nacional do Marrocos, que representou papel determinante na penetração econômica e financeira do imperialismo em nosso país, na consolidação da colonização agrária, na dominação exercida pelo «Banco de Paris e dos Países Baixos» sobre os selos-chave da infra-estrutura e na integração de nossa economia no conjunto do sistema colonial financeiro e comercial.

A nacionalização do Banco Nacional do Marrocos impunha-se de modo imperativo após a reconquista de nossa independência política. Era necessária realizá-la com a preocupação de suprimir um instrumento importante da dependência monetária e financeira de nosso país e de abrir uma brecha sensível no sistema da dominação econômica estrangeira. Era preciso recuperar não só o privilégio de emitir exercido pelo Banco Nacional do Marrocos há 53 anos, como também o conjunto das posições financeiras, vantagens, direitos e privilégios que usurpou durante a Protetorado graças à sua situação de casa colonial da moeda.

Por outro lado, a reconquista de nosso Instituto emissor deveria ser acompanhada de transformação das relações monetárias e financeiras que ligam nosso país à França, no sentido da conquista de uma independência monetária e comercial efetiva: criação de uma verdadeira moeda nacional e supressão dos entraves que pesam sobre nosso comércio exterior na zona do franco.

É no âmbito político e com o apoio do povo que as negociações devem ser entabuladas e não apenas no plano técnico, que teria como base a manutenção de nosso país na zona do franco.

O CONTROLE DO CÂMBIO

O compromisso resultante das negociações recentemente entabuladas entre o governo marroquino e os representantes do Banco Nacional do Marrocos deixou subsistir importantes meios de pressão nas mãos do imperialismo francês, que os utilizou para tentar reduzir a nada nossos esforços de libertação econômica

e para obrigar nosso país a desvalorizar a moeda e a submeter-se integralmente aos mecanismos monetários e financeiros de caráter colonial da zona do franco. Temos aí a verdadeira sentida da decisão francesa em suspender a «conta de operações».

As primeiras providências tomadas por nosso governo para lutar contra essa chantagem — obrigatoriedade do repatriamento do produto das exportações, controle pela Secção de Câmbio, das transferências de capitais, inclusive as que se destinam à zona do franco — são, incontestavelmente, positivas, na medida em que tiveram caráter permanente, tornando-se o elemento de base de uma política de desenvolvimento independente de nossa economia. O controle do câmbio permitirá deter a hemorrhagia de recursos e de divisas de que é vítima há anos (desde janeiro de 1959 mais de 40 bilhões deixaram o Marrocos, sem contar o não repatriamento do produto de muitas exportações) e mobilizar seus recursos financeiros internos para aumentar os investimentos e combater eficazmente o agravamento do desemprego.

CONDIÇÕES NECESSÁRIAS AO PROGRESSO

Devemos, nesse sentido, intensificar nossos esforços a fim de conseguir a transformação radical das relações econômicas da era colonial que subsistem em nosso intercâmbio com a França, e criar, no plano interno, as condições necessárias ao desenvolvimento econômico.

Para isso torna-se necessário eliminar a tutela monetária francesa, por meio da criação de nossa própria fundo de divisas, da celebração de acordos comerciais e de pagamento com todos os países que mantêm relações comerciais com o Marrocos, e controle severo do comércio exterior, mobilizar nossos recursos financeiros internos para atender ao desenvolvimento de nossa economia por meio da nacionalização do crédito bancário e das companhias de seguro, e da reforma tributária com base na elevada taxa de dos grandes rendos e lucros; nacionalizar os setores-chave controlados pelo grande capital colonial — energia, companhias de transportes estrangeiras, grandes minas — a fim de abrir perspectivas reais para a industrialização, e uma verdadeira reforma agrária que permita ampliar o mercado pelo aumento da capacidade aquisitiva das massas camponesas.

Para realizar esse programa imediato, que atende aos interesses da classe operária, do campesinato pobre e de toda a nação, o Partido Comunista Marroquino apela ao povo para que se mobilize, e convida todos os partidos políticos e todas as organizações patrióticas a agir unidos, respeitando-se a independência de cada um. Reafirma seu apoio a toda iniciativa governamental que contribua efetivamente para libertar nossa economia.

Trocaram Os Nomes Dos Lugares Para Tomar As Terras Dos Lavradores

(Conclusão da 3.ª página)

Foram enviados pelo Estado. Houve tróvão e morte de jagunços e posseiros.

A legalidade dos documentos do Dr. Rui de Castro ficou provada mas mesmo assim a situação continua confusa. No último dia 2 de abril foi morto o comerciante Peneval de Lima e a vida do vigário local continua ameaçada.

PIQUIRI: FOCO DE RESISTÊNCIA

Na zona de Piquiri, Município de Cascavel, existem mais de três mil posseiros. Nesse local está situada o grilo Santa Cruz onde a luta pela terra vem desde o tempo em que o Paraná pertencia a São Paulo. Nessa época, o tabelião Santa Maria de Santa Cruz do Rio Paulo, facilitou documentos de posse de mais de 300 mil hectares de terra. Atualmente estão agindo neste local as Cias. Smap e Tabalatas, ambas mantidas com o Estado contra os posseiros. Muitos jagunços vindos do Sudeste estão agindo em Piquiri. Nesta região encontra-se a maior resistência dos posseiros.

Por outro lado, em Campo Bonito, Município de Guaraniápolis, mais de 200 posseiros pegaram em armas e ameaçaram incendiar a Inspeção de Terra e a Fundação Soltani vitoriosos na época. Em Colônia Guarita, nesse mesmo município já houve muitos atirios e os posseiros ameaçaram uma marcha a Curitiba.

Então, em toda a região Oeste paranaense existe litigiosidade.

O GRILLO MILITAR

Em muito lugares existe no Oeste o Grilo Militar. Resguarda e garante o número de oficiais que possuem terras naquela região. Luta para cultivar outros, por não para negociar.

Constatamos que o governador, Moisés Lupion oferece títulos de terras no Oeste para oficiais de nosso Exército assim como da Aeronáutica, tentando com isso impedir a ação do Exército em favor dos posseiros e contra as autoridades que vem sendo cometidas por políticos e por jagunços.

Posseiros terras a Brigadista Samuel de Paula Guanos, maior Ernesto, Tino, Ten. Grilhões, Cel. da Aeronáutica Manoel Guimarães Graça e outros. Alguns como ultimamente prometem e já estão cultivando as terras, outros querem apenas negociar.

Na verdade, são casos isolados, mas a atitude de alguns desses militares compromete o bom nome e o prestigio do Exército. O Cel. Graça, por exemplo, há um dois anos em companhia dos srs. mai. Aroldo, Nelson Ribeiro, Gaspar Marguete, Pedro Abili e outros esteve aqui a procura de terras devolutas. Como havia posseiros em toda parte, afirmou: «É preciso o Exército ocupar aqui toda a região e também para assegurar o povo e a defesa das terras, para libertar onde nos encontramos». Depois a terra, com a intenção de se dedicar a produzir, quer expulsar os posseiros que estão cultivando as terras.

É muito afanado no Oeste o sr. João Maria Ramos, conhecido por Capitão Ramos. Ele é o agente de muitos oficiais que possuem terras naquela região. É um aventureiro e perseguidor de posseiros. Já esteve preso antes de 1943 em P. Grosso, por sedições cometidas em Jagrovinha e Cambaú. Depois de 1943 os teve novamente preso por vender dos camilhões de cartuchos, material de guerra, a que é proibido. Na sua atuação no Oeste, usa sempre o nome de altas autoridades para envolver os posseiros.

A FALTA DE SEGURANÇA NA CIDADE

A situação é tensa e sem segurança não somente no interior como também na própria cidade de Cascavel. É o caso do sr. Ezequiel Portes, defensor dos posseiros, que já sofreu dois atentados contra a vida. Também o jornalista Herald, do Rio Piquiri, por ter tomado firme e corajosa posição em defesa dos posseiros e contra as arbitrariedades políticas, através de seu jornal O Trabalhador, foi várias vezes ameaçado por jagunços, sendo obrigado a mudar-se para Forquilha.

Jornais da oposição não circulam livremente em Cascavel. Várias edições de «O Trabalhador» foram apreendidas e alguns dos seus leitores ameaçados.

POSSEIROS CONFIAM NO EXERCITO

Diante das brutalidades que vem sendo praticadas no Oeste paranaense pela polícia e pelos jagunços, uma das poucas esperanças dos posseiros está no Exército Nacional. É grande, muito grande mesmo, a confiança que depositam em nossas Forças Armadas. Os posseiros e moradores da cidade entregaram ao comandante da Batalhão de Fronteiras sediado na For. do Itaipu, um abaixo-assinado no qual salientam que com a saída do contingente do Exército a cidade foi invadida por mais de 200 policiais da Força Pública e de 90 jagunços armados de metralhadoras que começaram a implantar o terror, espancando e ameaçando de morte os posseiros. O memorial termina solicitando a proteção do Exército, para a cidade onde não mais existe nem mesmo a Poder Judiciário, uma vez que o juiz de Direito da cidade, quando procurado para intervir contra o assalto às terras a espoliação e a passividade dos lavradores, afirma que não existem mais condições de se fazer justiça.

Tal foi o clamor dos posseiros e de suas famílias que uma companhia do 25.º Batalhão de Fronteiras acabou se dirigindo para Cascavel, onde permanece desde há a estada das tropas do Exército na cidade há liberta mais confiança aos posseiros. É necessário ao entanto, que as referidas tropas sejam acompanhadas por policiais a cidade, a fim de evitar que não haja o mesmo que a situação dos grilhões, e a situação dos lavradores. Este clamor e o pedido de proteção ao Exército, da Força Pública e da Força Armada, que o Ministério da Guerra recebeu, através de telegramas e cartas, a pedido dos posseiros, que pedem continuar em sua luta por justiça.

O GRANDE DIÁLOGO: URSS-USA

(conclusão da 2.ª página) tavam eles que essas trocas de opiniões desvendam enormes possibilidades — quanto a uma

atitude mais ampla na solução dos problemas do alívio da tensão e das relações entre o Leste e o Oeste.

teoria de que o comunismo pode existir tanto quanto o capitalismo, desenvolver-se a aperfeiçoar-se, encontrou forte apoio nos E.E.U.U. A coexistência das duas ideologias começou a considerar-se possível. O Presidente (dos E.E.U.U. — N. da R.) é possuidor de uma concepção de política exterior que tem sofrido mudanças. O objetivo desta viagem (de Eisenhower à Europa — N. da R.) é conseguir a compreensão e a aprovação da mudança da política norte-americana por parte dos países europeus aliados dos Estados Unidos.

OPINIÕES SENSATAS

A propósito da visita de Krushchiov aos Estados Unidos, estadistas, políticos, alguns jornais publicaram opiniões que revelam um novo estado de espírito nas relações internacionais que começa a abrir caminho nos Estados Unidos.

Disse, por exemplo, o Vice-Presidente Nixon:

«Não devemos admitir lúsbios de que para a solução de nossas divergências e a garan-

tia da paz é suficiente uma melhor compreensão entre os líderes soviéticos e nós. Existem profundas e essenciais contradições de interesses e de ideologia, que não podem ser resolvidas com boa-vontade e compreensão». Acrescentou Nixon: «... Apenas a compreensão mútua não pode garantir a paz, mas a ausência de compreensão pode provocar a guerra».

—000—

O Homem e a...

(conclusão da 4.ª página)

podem converter-se em realidade, são necessárias relações sociais justas, onde não exista a propriedade privada dos meios de produção, a exploração do homem pelo homem, e onde a economia seja dirigida de modo planejado, em escala nacional. Essas relações sociais justas existem na comunidade dos países socialistas e lhes garantem grandiosos êxitos.

A humanidade tem diante de si a tarefa de avançar com extraordinária rapidez pelo caminho do progresso. A criação de uma sociedade verdadeiramente harmoniosa reafirmará, em toda sua plenitude, o domínio do homem sobre a natureza e contribuirá, em grau superlativo, para o aproveitamento dos seus bens em prol da felicidade e da prosperidade de todo o gênero humano.

NAO SAO CANDIDATOS DOS COMUNISTAS DE SANTOS Pedem-nos, de Santos, a publicação da seguinte nota: «Comunicamos a todos os trabalhadores e ao povo de Santos que os senhores Jaco Taibo Cadainiga, Bernaldo Abreu Madeira, Manoel Arguari Junior e Renato Borgomoni, que se apresentam candidatos à Câmara Municipal desta cidade, não interpretam de maneira alguma, e ponto-de-vista dos comunistas, e não são candidatos dos comunistas»

O jornal sindical americano «Union News» escreveu em artigo intitulado «Nova esperança da paz»: «O acontecimento que desperta as maiores esperanças desde a época da Segunda Guerra Mundial é a troca de visitas entre altas personalidades oficiais dos Estados Unidos e da União Soviética, que em breve culminarão com a vinda de Krushchiov aos Estados Unidos e a ida de Eisenhower à URSS. Não esperamos milagres. Mas esperamos e confiamos que este será o início de uma nova era...»

—000—

O «Observer» de Londres escreveu: «A teoria de Dulles de que o comunismo na Rússia deveria sumir-se por si mesmo, ficou esboçada e nada o desmentiu parecido de circulação. A

A 8 de julho de 1959 faleceu em Berlim o camarada Artur Ernest Ewert. Para nós, comunistas brasileiros, é impossível deixar passar sem registro este fato, pois a história da classe operária de nosso país está para sempre associada ao destino desse homem de valor.

Foi com o nome de Harry Berger que o camarada Ewert se tornou conhecido do povo brasileiro, depois de ter alcançado fama internacional como um dos mais capazes dirigentes da classe operária.

Nasceu na Posnânia, Prússia Oriental, em território alemão àquele tempo (1890). Era operário da indústria de couros. Muito jovem ainda emigrou para os Estados Unidos, onde deu expansão ao seu talento estudando com afinco. Era no período anterior à 1.ª Guerra Mundial. Berger teria pouco mais de 20 anos. Trabalhava como operário uma parte do ano, acumulava o que podia economizando dos seus salários. A outra parte do ano era por ele ocupada com os estudos, frequentando as bibliotecas, dedicando-se à aprendizagem da teoria marxista, nas obras clássicas de Marx, Engels e Lenin. Já era político militante da classe operária. Atuava no Partido Socialista dos Estados Unidos.

As condições em que viviam os trabalhadores eram, porém, muito duras. A crise econômica sacudia os países imperialistas, gerava-se a crise geral do capitalismo. Não demorou muito e desencadeou-se a 1.ª Guerra Mundial. Os governantes dos Estados Unidos, visando a reprimir a ação revolucionária do proletariado, mandaram encarcerar Berger no momento em que a América do Norte declarou guerra à Alemanha, na fase final do conflito. E' que a atividade anti-imperialista de Berger se tornara evidente, seu profundo sentimento internacionalista se manifestara em cheio.

Terminada a guerra com a vitória dos aliados, Berger é posto em liberdade. Regressa à sua pátria, a Alemanha, sacudida pela agitação social e as gigantescas lutas do proletariado revolucionário. Já então a revolução socialista estava vitoriosa na Rússia tsarista, surgira a União Soviética. A bandeira vermelha da revolução tremulava em muitos países da Europa. Em todo este período de grande efervescência revolucionária, a ação de Berger entre as massas fê-lo destacar-se mais como um incansável dirigente operário. Foi um

Harry Berger - Um Nome Glorioso

CARLOS MARIGHELLA

dos fundadores do Partido Comunista Alemão e em 1923 foi eleito membro do Comitê Central e seu secretário, no Congresso realizado em Frankfurt. Até 1928 representou o partido como deputado ao parlamento.

Durante este período, o Partido Comunista Alemão empenhou-se, como os demais partidos que constituíam a Internacional Comunista, num trabalho incessante entre as massas, aplicando a tática da frente única. Sobre as posições e a ação da Internacional Comunista naquele momento a respeito da unidade de ação e da atitude em relação aos partidos socialistas, Berger manteve um ponto-de-vista amplo. Considerado conciliador, preferiu defender suas opiniões a ceder, no que revelou sua elevada firmeza de caráter. Era homem de notável experiência revolucionária e, assim, sua atividade passou a exercer-se a partir de 1928 no Conselho Executivo da Internacional Comunista, ao qual pertenceu até o VII Congresso da I.C. em 1935.

Desde 1930 trabalhava no Biró Latino-Americano da IC, no secretariado sul-americano, onde discordou das posições esquerdistas adotadas por esse órgão. Daí seguiu para a China, onde ficou até 1934, atuando junto ao Partido Comunista Chinês.

Era um entusiasta da revolução chinesa, cujos problemas estudou com carinho e sobre os quais escreveu diversos trabalhos.

A direção do Partido Comunista do Brasil insistiu muito com a Internacional Comunista, à qual era filiado o PCB, para que acesse em enviar Berger ao nosso país. A solicitação dos dirigentes comunistas brasileiros, àquela época, foi atendida ainda em 1934. Berger veio para o Brasil, sob a responsabilidade da direção do PCB, que muito esperava de sua capacidade revolucionária, de sua reconhecida experiência e domínio da teoria marxista-leninista.

Harry Berger revelou-se no Brasil um dirigente político de profundo gênio tático. Estudou os problemas da revolução brasileira e escreveu a respeito trabalhos de grande importância, como, por exemplo, aquele que tem o título de «Problemas Táticos da Revolução Brasileira».

Em julho-agosto de 1935 visitou o Nordeste brasileiro e criticou se-

riamente as posições aventureiras dos que, em Pernambuco, pretendiam criar focos de guerrilhas naquele ponto do país. Aquele momento inexistiam condições para essa forma de luta. Sua apreciação crítica ao movimento revolucionário nacional-libertador de 1935 é uma contribuição de agudo senso político e tático visando ao esclarecimento dos complexos problemas de nossa revolução.

Falando dos movimentos revolucionários armados no Nordeste, Berger afirmava que haviam chegado «numa época de preparação ainda imperfeita das forças revolucionárias para o combate decisivo».

E prosseguindo: «seria, porém, completamente errado censurar-se os heróicos combatentes do Recife e de Natal, as massas populares revolucionárias e os soldados, por terem levantado a bandeira da revolução nacional-libertadora, a bandeira de Luiz Carlos Prestes, e terem marchado para o ataque. Somente os covardes, os oportunistas e a vanguarda trotskista da contra-revolução poderiam fazê-lo».

O fogo do revolucionário cuja consciência se fortalece no cerne da classe operária, o entusiasmo que não morre, a certeza da vitória de causa nobre e justa jamais abandonaram esse destacado lutador.

Companheiro de Prestes e dos demais dirigentes brasileiros que desfraldaram a bandeira da insurreição da Aliança Nacional Libertadora, Harry Berger é um nome glorioso e querido ao nosso povo. A reação brasileira que o encarcelou e a ajuda do «Biró Federal de Investigações» norte-americano, pensou que o poderia separar de nosso povo, apresentando-o como um estrangeiro, como um agente de fora a

conspirar contra a nossa liberdade. Mas foi tentativa inútil. Os que vergonhosamente se aliaram aos estrangeiros norte-americanos, à polícia política dos Estados Unidos e aos imperialistas da América do Norte, para esmagar o movimento de libertação de nosso povo, foram os mesmos que buscaram o apoio das potências fascistas. Foram os mesmos que temporariamente sequestraram o Brasil nas trevas do regime vigente desde a derrota da insurreição de 1935 até 1945, quando da vitória da URSS e das potências aliadas sobre as feras do nazifascismo.

Berger foi um irmão mais experiente da classe operária brasileira. O sacrifício que as forças da reação lhe impuseram no Brasil cimentou nossos laços de amizade com a classe operária alemã, na luta comum contra o terror e a brutalidade do nazismo de Hitler e sua tentativa de dominar o mundo. A experiência dos dias dolorosos que vivemos no cárcere e na adversidade, amargando o pó da derrota, serviu para alimentar mais e melhor nossa convicção no internacionalismo proletário e na necessidade da solidariedade entre os povos. Hoje, quando a força do socialismo não pode ser negada, quando quase metade da humanidade se libertou do obscurantismo e da dominação imperialista, podemos avaliar o quanto significou a dedicação de um combatente como Berger, sua profunda convicção revolucionária de comunista, seu amor aos oprimidos, sua fidelidade à classe operária, seu espírito internacionalista, seu profundo sentimento humano.

Os monstros que o torturaram até à perda da razão, os que deportaram sua companheira Elisa Ewert para ser assassinada pela Gestapo no mesmo campo de concentração onde mataram Olga Benário, talvez ainda não se tenham dado conta de quanto foi inútil a monstruosidade que cometeram. Com o sangue derramado dos inocentes e injustiçados e o sacrifício dos heróis, nós, comunistas, não nos enfraqueçemos, fomos ficando cada vez mais fortes.

Harry Berger nos deu a conhecer o melhor do caráter do verdadeiro comunista. Sua atitude em face da polícia, negando-se a fazer declarações, sua posição diante do Tribunal de Segurança Nacional, defendendo a revolução e acusando a reação e o imperialismo, sua inabalável certeza na vitória da causa do proletariado, são exemplos que educam as novas gerações de comunistas. Sofreu na polícia e no cárcere torturas e sevícias inomináveis. Colocaram-no dia e noite sob um pequeno vão das escadas da polícia especial, para que não pudesse dormir, atormentado pelo tropel dos tacões dos policiais subindo e descendo degraus interminavelmente. Foram terríveis as condições que enfrentou durante mais de 9 anos de prisão.

O povo brasileiro, corajoso e persistente, tendo à frente a classe operária, não cessou de lutar durante todo o período do terror anticomunista, que se prolongou por 10 anos. Em 1945, após a derrota das hordas nazistas, a anistia foi conquistada. Os presos políticos foram libertados. Harry Berger deixou o cárcere para ser internado numa casa de saúde. Cercado do carinho de sua irmã e dos camaradas brasileiros, finalmente, em 1946, viajou para a Alemanha Oriental num navio soviético.

Foi doloroso que, com a saúde abalada e a perda da razão, não tivesse podido colaborar na re-

construção de sua pátria, depois da vitória do socialismo.

Fique-nos, porém, para sempre a recordação do nome e do valor deste grande comunista que desapareceu de entre os vivos, mas cuja memória não se apagará.



EVOLUÇÃO E REVOLUÇÃO

Resposta ao leitor Paulo André Miglia (Curitiba - Paraná)

A evolução é uma acumulação lenta, gradual de mudanças quantitativas; a revolução é uma mudança brusca, radical, qualitativa. Esta é, em breves palavras, a concepção marxista em relação às duas etapas, as duas formas do desenvolvimento: evolução e revolução. A metafísica, ao contrário, não reconhece senão as mudanças quantitativas, ignorando os «saltos», que dão lugar a fenômenos e situações novas qualitativamente diferentes das fenômenos e situações anteriores.

Segundo a doutrina marxista, a evolução e a revolução são dois aspectos, duas formas do movimento. As transformações contínuas pouco sensíveis correspondem à simples evolução. Elas preparam as transformações radicais, que se dão através de «saltos». Não é possível, como se vê, separar a evolução da revolução. Elas estão ligadas indissolúvelmente. O desenvolvimento verdadeiro é a unidade da evolução e da revolução.

Deste modo, o marxismo, ao mesmo tempo que luta contra o oportunismo que nega a revolução e se detém nas reformas, luta igualmente contra a teoria que desliga a revolução da evolução, que não reconhece senão a forma revolucionária do movimento e nega a necessidade da evolução, de preparação gradual e da organização das massas.

Enquanto os oportunistas admitem apenas a evolução como única forma do desenvolvimento, a negação da necessidade do avanço evolutivo caracteriza os «ultra-esquerdistas», particularmente os anarco-sindicalistas. Criticando esta última tendência, Lênin ridicularizava os que, enchendo a boca com um palavreado pseudo-revolucionário, se recusavam a realizar o trabalho diário, paciente, de utilização de todas as formas de luta, a atividade que muitas vezes não aparece na superfície, mas que possibilita o constante reforçamento do proletariado, a progressiva acumulação de forças.

A justa compreensão da unidade dialética entre evolução e revolução tem uma enorme importância prática para a atividade das forças avançadas, dos partidos revolucionários. Aceitar-se apenas a evolução significa desviar-se no melado do caminho, não levar até o fim a luta da classe operária pela conquista do socialismo, que não pode ser instaurado senão através de um salto, quer ou não mediante a violência, segundo as condições concretas de cada momento e cada país. Por outro lado, recusar a fase evolutiva do desenvolvimento — a acumulação gradual de forças — significa realizar uma política aventureira, sectária, desligada das massas, que só pode condenar a fracasso a verdadeira luta revolucionária do proletariado.

O marxismo ensina, enfim, que não podem ser encarados como elementos, estranhos entre si a evolução e a revolução. São ambas etapas necessárias do desenvolvimento, correspondendo cada qual a um momento determinado do avanço da sociedade.

Um Gaúcho...

(Conclusão da 1.ª página) ra do Estado Novo, sempre que pode auxilia os perseguidos políticos. Nesta altura é apenas um homem preocupado em melhorar o nível de vida, revolto com as injustiças. Em 1945 após a queda da ditadura, ouve os discursos de um outro gaúcho — Prestes. As palavras do líder comunista têm um sentido novo, de modificação radical das condições de vida do homem do campo e dos trabalhadores. Daí nasce o entusiasmo pelas ideias socialistas.

Por isso Antônio Rechlin enche-se de alegria quando fala do lançamento dos «spunkis». Considera a proeza mais sensacional dos últimos tempos, um feito notável dos operários e técnicos do mundo socialista. Diante disto seus

olhos brilham mais e destaca-se a seriedade de seu rosto, agora sorridente.

Falando do trabalho de difusão de NOVOS RUMOS faz questão de dizer que seus amigos o ajudam muito e revela seu método de distribuição. Logo que recebe o jornal lê os principais artigos para poder informar aos leitores que em matérias mais importantes. A cada um que chega recomenda tal ou qual artigo e com isso faz de NOVOS RUMOS um semanário querido e acatado, visando sempre aumentar o número de leitores.

ASSIM é Antônio Rechlin, um homem que sabe vencer a imobilidade, contribuindo ativamente para o esclarecimento da população de Rio Grande sobre os assuntos de interesse nacional e internacional. A ele a nossa homenagem.

DA MUDANÇA À FUSÃO

(Conclusão da 7.ª página)

reflexo dos conhecimentos, experiências e riquezas.

As camadas camponesas são o fator sociológico preponderante no Estado do Rio, que completará, após a fusão, o conjunto de forças sociais que se dinamizam em situação única no país.

Ao proletariado, a fusão será útil na medida em que as diversas categorias profissionais se unirem em confederações lutando pelos seus interesses num campo mais ampliado.

Os camponeses contarão com maior apoio e ajuda na luta pela conquista de uma forma mais avançada no amanhã da terra.

Para o povo em geral, a fusão representará sempre um grande progresso.

Vivemos a época dos novos métodos nas descentralizações administrativas, confiando

no espírito criador do povo para manter sempre desimpedido o caminho das etapas mais elevadas da evolução.

O povo deve ser convocado para, através dum plebiscito amplo e democrático, tomar a resolução histórica de aceitar ou rejeitar a fusão.

Os juristas, abalizados para opinar a respeito, proclamam que o mais difícil é encontrar uma forma jurídica para se efetuar a fusão, mas, na verdade, esta só pode ser realizada se for conveniente aos interesses dos poderosos grupos financeiros que atuam nas duas unidades.

E hoje uma nova promessa de riqueza acena sob as luzes do Farol de São Tomé, indicando a existência do petróleo no subsolo da planície dos Goitacazes, da cidade de Campos.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO (XXIX)

A "SEMANA SANGRENTO DE MAIO"

Ao manter-se militarmente na defensiva, deixando de avançar sobre Versalhes, a Comuna deu à contra-revolução burguesa a possibilidade de reunir e reorganizar suas forças.

Isolado do resto da França e do mundo, abandonado pelos seus aliados dos primeiros dias, — os burgueses republicanos e a pequena burguesia, amedrontados com o caráter socialista revolucionário do movimento ou acovardados ante a perspectiva de iminente derrota da Comuna, — mal orientado e mal organizado, à falta de um partido político de vanguarda, capaz de dar um norte comum às diferentes correntes que o fragmentavam e confundiam, — o heróico proletariado de Paris cedo se viu face a face com uma poderosa coalizão burguesa, armada até aos dentes, porjeante de ódio, sedenta de vingança.

Como previra Marx, em uma de suas cartas à Comuna, o «bicho-ano» Thiers,

pondo de parte qualquer sombra de pudor nacional, entrou em acordo com o prussiano Bismarck e junto com ele organizou o esmagamento do nascente Estado proletário. O marechal francês Mac Mahon, que capitulara em Sedan, foi posto por Bismarck à disposição de Thiers, para assumir o comando das tropas de Versalhes. Cem mil soldados franceses foram libertados pelo chanceler prussiano para integrar essas tropas. Paris foi encerrada num anel de aço: metade exército francês, metade exército alemão...

As três horas da madrugada de 21 de maio, domingo, as tropas versalhesas, apoiadas em violento bombardeio, conseguiram com a ajuda de um grupo de traidores forçar as portas de Saint Cloix, no sul de Paris, e encaminharam-se para os bairros burgueses do oeste da cidade. Af se concentraram, para partir sobre os distritos operários, sitiados no leste parisiense.

A proporção que avançavam, a resistência dos comunistas se agigantava.

«Na última batalha, que durou 48 horas», — lê-se no derradeiro número do «Diário Oficial» da Comuna — «a população de Paris demonstrou toda energia de que era capaz. As crianças construíam as barricadas que seus pais defendiam, enquanto as mulheres, até mesmo as mães, de armas nas mãos, lutavam animo aos homens, não só com palavras, mas também com o próprio exemplo».

Mas não era ainda toda a energia. Uma após outra, enormes barricadas continuaram a levantar-se no caminho dos soldados de Versalhes. Detrás delas ia-se derramando, aos borbotões, o sangue dos operários e artesãos de Paris, que defendiam gloriosamente a sua amada

Comuna, a causa imortal do socialismo. Nas ruas que iam caindo, cedidas quartelão por quartelão, casa por casa, o covarde inimigo desencadeava o terror, sem distinção de idade nem de sexo. Os prisioneiros eram torpemente humilhados, torturados a sabre e coronhadas, eliminados, por fim, às centenas, a arma branca e por fuzilamento.

Na quarta-feira, 24, as ferreas de Versalhes tomaram o edifício da Prefeitura. Em seguida cercaram os distritos operários. No domingo seguinte, dia 28, Marx escreveu: «O fim está perto». De fato, naquele dia, os últimos defensores da Comuna foram assediados e massacrados na rua Rompono.

Caiu, afinal, a Paris proletária, tombou do tope sua última bandeira vermelha. Nunca se pôde saber ao certo

o número de mortos e fuzilados da semana sangrenta. Foram mais de 30.000. Reinstalada no poder, a burguesia estava longe de ter saciado o seu ódio. «Não um só desses vilões que tiveram Paris nas mãos durante os dois últimos meses será considerado luto político. Serão todos tratados como ladrões que são», — dizia um dos jornais contra-revolucionários, clamando por mais e mais sangue. A brutalidade chegava ao paroxismo quando se tratava dos líderes operários presos. O encadernador Varlin, membro da I Internacional, que se tornara comunista na rua escola de lutas da Comuna e que chegara a ser, dada a sua capacidade e valor, o chefe do Departamento de Abastecimentos Militares, foi preso, apontado por um padre, no momento em que tentava escapar. O que em seguida aconteceu com ele

foram exilados para diferentes países. «A toda Paris perdeu aproximadamente... 100.000 dos seus filhos, entre os quais os melhores operários de todos os ofícios», lê-se, «Em Memória da Comuna».

Naqueles dias de luto e de sangue, Marx, impávido, como sempre ante as derrotas e reveses temporários, invetáveis no longo caminho histórico que o movimento operário tem a percorrer até à vitória final, escreveu: «Os princípios da Comuna são eternos e não podem ser destruídos, tornando a seguir na ordem-dia até que a classe trabalhadora encontre a sua libertação».

E, pouco tempo mais tarde, em sua obra «A guerra civil na França»:

«A Paris, descomparada com sua Comuna, está tristemente celebrada como o elo perdido do futuro da nova sociedade; suas mártires viverão perpetuamente no imaginário coração da classe operária.»

Protestos Em Todo o Brasil Contra a Alta Dos Preços

Comícios no Rio e em São Paulo promovidos pelas organizações sindicais, estudantes e populares — Na Bahia, falta de carne leva a novo às ruas — Passeata em Niterói e comício em Pelotas

os. Diversos comícios foram realizados na Praça Municipal, em frente à sede da COAP. Carros munidos com alto-falantes percorreram as ruas esclarecendo o povo.

PASSEATA EM NITERÓI

Milhares de operários navais, tendo à frente o líder marítimo e deputado estadual João Fernandes, realizaram na tarde da última quinta-feira uma grande passeata pelas ruas de Niterói, rumo à Assembléia Legislativa, onde promoveram um comício de protesto contra a alta do custo da vida.

Os manifestantes, conduzindo cartazes e faixas com dizeres alusivos à carestia e reclamando medidas energéticas contra os sonegadores de gêneros alimentícios, foram alvo de verdadeira consagração popular.

Nas escadarias da Assembléia Legislativa, inúmeros deputados, entre os quais os srs. Peixoto Filho, Silva Júnior e João Fernandes, fizeram uso da palavra hipotecando sua solidariedade aos protestos populares e criticando a ausência de medidas energéticas do governo, destinadas a regularizar o abastecimento da cidade e a pôr um parafreio ao encarecimento do custo da vida.

COMÍCIO EM PELOTAS

Em Pelotas, Rio Grande do Sul, promovido pelos sindicatos, associações de classe e pela União Pelotense dos Estudantes Secundários, realizou-se uma pujante manifestação contra a carestia. Durante a manifestação, os trabalhadores reiteraram também sua reivindicação de ver rapidamente aprovados os projetos de lei sobre o direito de greve, a nova lei de Previdência Social e a instituição da escala móvel de salários.

não só em S. Paulo como no interior e está prevista uma manifestação em escala estadual, em forma que será decidida no comício da Praça da Sé.

BAHIA: FALTA DE CARNE E PROTESTOS

Comícios e manifestações de protesto contra o «lock-out» dos donos da carne vêm sendo realizados em Salvador. A Câmara de Vereadores encontra-se em sessão permanente e o prefeito Heitor Dias abriu um crédito especial de 15 milhões de cruzeiros para medidas de emergência relacionadas com o abastecimento de carne verde.

Certamente, a solução do problema vem sendo protelada devido à atitude omissa do governador Juraci Magalhães que teria chegado a negar a existência da crise, atribuindo-a à «agitação comunista». Fato que demonstra o estado de espírito do governador e que teve larga repercussão foi a atitude do sr. Juraci Magalhães, ao insultar um popular que, na rua, interpelou-o sobre que medidas iria tomar para regularizar o fornecimento de carne.

Enquanto isto, continuam os protes-

restia, sucedem-se as manifestações de protesto contra a alta do custo de vida e a sonegação de gêneros de primeira necessidade pelos especuladores. Para o dia 11, na Praça da Sé, está marcado um grande comício, promovido pelos sindicatos e organizações estudantis e populares.

Em preparação a esse comício, tem sido realizados outros nas portas de fábricas e concentrações em bairros e nos municípios.

Anteriormente, representantes de organizações femininas, sindicais e populares fizeram entrega de memoriais à Assembléia Legislativa e no próximo dia 15 deverão avistar-se para o mesmo fim com o governador Carvalho Pinto.

ESCASSEIAM OS GÊNEROS

A maioria dos açougues de S. Paulo apresenta-se com as portas fechadas. O câmbio negro impera ali onde aparece carne. Na semana passada, o óleo comestível foi aumentado de preço pela COAP. E também o arroz começa a escassear, tudo indicando que se trata de uma manobra dos açambarcadores.

Tal situação vem ensejando protestos

O comício marcado para hoje, dia 10, às 18 horas, na Esplanada do Castelo, nesta Capital, é a primeira grande manifestação de protesto contra a carestia dos trabalhadores cariocas. A iniciativa de sua realização cabe à Comissão Sindical de Combate à Carestia, que reúne representantes sindicais de todas as categorias profissionais do D.F. Para o comício foram convidados o presidente e o vice-presidente da República, vários deputados, notadamente da Frente Parlamentar Nacionalista, além de organizações estudantis, culturais e populares empolgadas no combate à carestia.

PREPARAÇÃO

Uma ampla programação de comícios nos bairros e assembleias sindicais precedeu a manifestação de hoje. Carro, com alto-falantes, cartazes, boletins de propaganda foram distribuídos pela cidade, convidando os trabalhadores e o povo para a manifestação.

Nas assembleias sindicais — realizadas em dezenas de entidades de classe — foram examinadas as causas da carestia e indicadas as medidas para fazer frente à situação, que os trabalhadores reiterarão no comício da Esplanada.

PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES

A União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundários aderiram ao comício e participaram intensamente da preparação do «meeting» desta tarde.

DIA 11: COMÍCIO EM S. PAULO

Também em S. Paulo, onde já se realizou a I Convenção Estadual Contra a Car-

PROJETO DA SUPERINTENDÊNCIA DO ABASTECIMENTO

GOVÊRNO TERÁ MEIOS PARA ENFRENTAR CARESTIA

Com o projeto que cria a Superintendência da Produção e do Abastecimento (SPA) já enviado ao Congresso Nacional, terá o governo os meios legais de que diz sentir-se para tomar medidas de emergência contra a carestia.

No final artigo que compõe o projeto de lei acham-se consubstanciadas diversas medidas que, uma vez transformado em lei o projeto, permitirão ao governo travar um combate contra os especuladores e, em geral, contra o que está enriquecendo às custas das populações do povo. Assim, entre as atribuições do novo órgão, definidas no artigo 3.º do projeto, figuram:

- desapropriar bens de utilidade pública ou interesse social e requisitar serviços, necessários uns e outros à realização dos objetivos previstos na lei;
- impedir a atividade dos grupos açambarcadores do

Substituirá a COFAP e dará ao Executivo recursos para tomar medidas imediatas contra a especulação e a elevação do custo de vida — Desapropriação de bens e imissão no posse dos mesmos — Representante dos trabalhadores no Conselho Deliberativo

mercado de gêneros alimentícios sob qualquer forma que as mesmas se apresentem, podendo promover a apreensão das mercadorias que estejam depositadas com prejuízo para a economia popular, requisitando o auxílio das autoridades policiais e do Ministério Público, inclusive intercedendo-lhes os elementos necessários à instauração de inquérito ou da competência ação penal ou promovendo a imediata desseparação para a devida punição dos infratores das leis penais relativas à economia popular.

CONTRA O ABUSO DO PODER ECONÓMICO

O projeto prevê, igualmente, medidas no sentido de as-

segurar o exercício da livre concorrência e também contra a acção dos trusts e explorar serviços públicos e outras atividades econômicas. Eis algumas delas:

— Intervir junto aos órgãos competentes, para impedir ou censurar provisória ou definitivamente e até que seja feita a necessária correção o registro dos atos constitutivos de empresas comerciais, industriais ou civis que representem ameaça à livre concorrência através de manobras visando a lucros arbitrários em detrimento da economia do povo;

— promover a repressão de toda e qualquer forma de abuso do poder econômico, inclusive as uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais que tenham por fim dominar os merca-

dos e eliminar a concorrência, tomando para esse fim as providências cabíveis;

— representar aos órgãos competentes sobre a necessidade de fiscalizar e rever as tarifas dos serviços explorados por concessão, a fim de que os lucros dos concessionários não excedam à justa remuneração do capital ou perturbem o sistema de preços de gêneros e utilidades, podendo, inclusive, suspender por prazo não superior a um ano a vigência dos aumentos de tarifas.

PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

Se bem que ainda persista no projeto o defeito que apontamos no que foi elaborado em maio, relativamente à ampla soma de poderes conferidos ao superintendente, pode-se agora registrar um passo a frente. Compõem-se, efetivamente, a Superintendência, além do superintendente e do Conselho Fiscal, de um Conselho Deliberativo, no qual os trabalhadores estão representados. Este Conselho, formado por dez membros, conta com um representante dos trabalhadores, um das classes conservadoras, um do maior partido de oposição na Câmara dos Deputados, além de representantes de sete órgãos oficiais. Entre suas atribuições consta a fixação de preços mínimos para gêneros de produção nacional, o estabelecimento das disponibilidades de gêneros para a exportação, etc.

Além do estabelecido quanto à participação dos trabalhadores no Conselho Deliberativo, um outro artigo do projeto, o 19.º, diz: "As entidades sindicais prestarão colaboração à Superintendência do Abastecimento, visando à fiel execução desta lei". Previsão o projeto — modificação que pode ser feita pelo Congresso — também a participação no Conselho de representantes dos estudantes e das donas-de-casa, pelo menos e seria consideravelmente melhor. Pois, por muito boa que seja a lei, pouco será o resultado na luta contra a carestia des-

de que o povo esteja ausente, como mostra a experiência.

DESAPROPRIAÇÕES

Da maior importância e também o artigo 15.º do projeto, que trata das desapropriações. Ainda há dias, em relação com a presente manobra dos especuladores da carne verde, o general Uribe Magalhães, presidente da COFAP, queixou-se da falta de meios legais que lhe possibilitassem requisitar o gado em pe. dos sonegadores, para abastecer a população. De que que aprovado o projeto ora no Congresso, será preenchida aquela lacuna. No mencionado artigo 15.º, estabelece-se que, "havendo urgência e mediante o depósito previsto no respectivo preço, o juiz da comarca de situação dos bens imitirá o superintendente na posse dos bens independente da citação do expropriado" e mais: "Imitida na posse, a Superintendência poderá dispor dos bens de fácil deterioração ou aqueles cuja entrega ou consumo for urgente".

Por fim, constituída a Superintendência, deixarão de existir a COFAP e suas ramificações estaduais e municipais, bem como o Conselho Coordenador do Abastecimento, cujo acervo será incorporado à nova instituição.

APOIO DA CNTI

— A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria apoia o projeto governamental destinado a combater o Sindicato do Roubo instituído pelos tubarões no Brasil — declarou a reportagem de NOVOS RUMOS o sr. Deocleciano Holanda Cavalcanli, presidente da entidade máxima dos trabalhadores na indústria a propósito do projeto criando a SPA (Superintendência da Produção e Abastecimento), enviado pelo Presidente da República à Câmara dos Deputados.

— O projeto ora enviado à Câmara vem ao encontro dos interesses das massas trabalhadoras, daí — prosseguiu o presidente da CNTI — o nosso propósito de orientar todas as entidades de trabalhadores na indústria no sentido de que as mesmas, como parte do movimento contra a carestia, manifestem-se junto aos deputados, solicitando-lhes a imediata aprovação do referido instrumento de combate ao roubo e à especulação.

Também o sr. Ari Campista, presidente do Conselho Regional da CNTI, e da Comissão Sindical Contra a Carestia, manifestou-se plenamente de acordo com o projeto que cria a SPA, sobretudo, porque o referido projeto determina a participação de um representante dos trabalhadores no seu Conselho Deliberativo, e prevê a colaboração das entidades sindicais em todas as suas iniciativas.

TUBARÕES VÃO RESISTIR

Enviado ao Congresso o projeto sobre a Superintendência da Produção e do Abastecimento, cumpre o presidente da República a primeira etapa de sua promessa aos trabalhadores e ao povo, de adotar medidas contra a carestia. Resta, agora, a aprovação pelo Congresso. De fato, a responsabilidade maior cabe, ainda, ao presidente da República, que dispõe de sólida e obediente maioria na Câmara e no Senado. O ta' é de ontem: em poucas horas o sr. Juscelino Kubitschek conseguiu des-

fazer a comissão de inquérito sobre o vidro plano. Agora, o que está em jogo é a carestia, o estômago do povo. Se o governo demonstrar o mesmo espheho, o projeto será logo aprovado.

Que os tubarões vão mobilizar-se para impedir a aprovação do projeto não resta dúvida. Mas o governo não só recuará se quiser. Porque para combater a carestia, para tomar medidas que assegurem o abastecimento normal de gêneros contará como apoio decidido do povo e dos trabalhadores.

Última Homenagem ao Major Júlio Sérgio



No dia 2 do corrente realizaram-se, no cemitério de Catumbi, os funerais do major Júlio Sérgio Machado de Oliveira. Prestando a última homenagem ao destacado combatente da causa da emancipação nacional e da democracia no Brasil, compareceram à cerimônia fúnebre numerosos companheiros e amigos do major Júlio Sérgio. A beira do túmulo, fizeram uso da palavra, em nome dos comunistas brasileiros, Ivan Ramos Ribeiro e Luís Carlos Prestes, ressaltando a exemplar vida de Júlio Sérgio, sua firmeza de caráter, sua fidelidade e seu heroísmo em prol das causas do povo, seu elevado espírito de fraternidade e sua compreensão dos estreitos laços que unem a toda a humanidade na luta pela paz e a emancipação social. O nome do major Júlio Sérgio ficará para sempre gravado no coração generoso dos trabalhadores e de todos os patriotas brasileiros.

TRABALHADORES REPELEM AMEAÇA AS LIBERDADES

As ameaças formuladas na recente nota oficial do governo às liberdades públicas e, particularmente, à liberdade sindical, despertaram réplica imediata dos trabalhadores. Nesta Capital, um grupo de dirigentes sindicais avistou-se com o presidente da República, no Palácio das Laranjeiras, ocasião em que também lá se achavam o vice-presidente João Goulart e o ministro do Trabalho.

Em termos moderados, mas claros, os trabalhadores fizeram ver que não têm sentido as ameaças do governo dirigidas aos trabalhadores, em face da carestia de vida. Estes, pelo contrário, disseram os líderes sindicais, estão ao lado do governo sempre que este se dispuser a tomar medidas contra o alto custo da vida. Ao mesmo tempo, indicaram ao chefe do governo providências no sentido de normalizar o abastecimento de gêneros, principalmente da carne, que o presidente prometeu tomar em consideração.

PROTESTO EM S. PAULO

Em S. Paulo, as entidades sindicais tem tornado públicos manifestos onde protestam veementemente contra a nota oficial do governo em que se fala na coordenação de um plano de ação imediata de prevenção e repressão a manifestações populares contra a carestia. Nesses documentos, os trabalhadores exigem modificações na política econômico-financeira do governo.

Administração de Pelópidas Silveira demonstra

Um Governo Popular Pode Fazer Muito

Embora com poucos recursos, realizou grandes obras em Recife — Cidade pobre e cheia de problemas — Terceira em população, mas sexta pela receita orçamentária — Sem ajuda do governo federal e hostilizado pelo governo etelvinista do general Cordeiro de Farias — Mesmo na campanha eleitoral, ninguém apontou o menor deslize no trato dos dinheiros públicos — Moralização administrativa e firme apoio popular

Governar uma cidade pobre e cheia de problemas como o Recife é um dos testes mais rigorosos a que pode ser submetido um homem público. Como se salu dessa prova o prefeito Pelópidas Silveira, que dentro de três meses passará o cargo ao sr. Miguel Arraes, eleito a 2 de agosto último? Se o julgamento da opinião pública é o mais severo de todos os critérios, pode-se afirmar que o prefeito Pelópidas Silveira passou bem pela prova. Efectivamente, eleito em 1955 pela esmagadora maioria da população recifense, o actual prefeito foi escolhido para vice-governador do Estado por expressiva votação, a 3 de outubro do ano passado, e nas últimas eleições mereceu nova aprovação popular, ao ver vitorioso o candidato que apolou (em junção com outras forças políticas) para sucedê-lo na Prefeitura.

GRAVES PROBLEMAS

Segundo a população, Recife é a terceira cidade do país. Desde o último censo, em 1950, o número de habitantes cresceu de pouco mais de 200 mil, dos quais 80 por cento calcula-se que tangidos, do interior do Estado ou de Estados vizinhos, pela seca e pela miséria rural. É fácil perceber os problemas criados por esse impacto populacional na vida da cidade. Os desempregados ou desajustados contam-se por dezenas de milhares. Nada menos de 40 mil crianças recifenses não têm escolas para estudar. O problema da habitação agrava-se, mocambos se erguem não apenas nos subúrbios, mas até em zonas centrais da cidade. De cerca de 170 mil residências existentes no Recife, a metade é constituída de mocambos, onde as condições de vida e sanitárias são as mais precárias. Para tornar mais sombrio tal quadro, pode-se acrescentar a configuração topográfica do Recife: cidade plana, quase ao nível do mar cortada por canais, nos baixos acumulam-se águas das chuvas e das marés. Se houvesse recursos, poderia ser a mais bela das cidades brasileiras, sem eles, é uma das mais miseráveis.

RECURSOS NÃO HÁ

Terceira cidade do país em população, é, porém, a sexta, em termos de recursos públicos. Não apenas o Rio e São Paulo, mas também Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador — estas três menos habitadas do que Recife — contam com receitas orçamentárias superiores à capital pernambucana.

Com estes dois elementos — os problemas existentes e os recursos para enfrentá-los — pode-se compreender a enorme dificuldade que tem de transpor uma administração municipal que não disponha senão de meios extraídos da própria capital. E este é precisamente o drama de Pelópidas Silveira. Em contraste com Belo Horizonte e Porto Alegre, que puderam contar com recursos do governo federal — sem dúvida justos e necessários — Recife tem sido tratada como filho bastardo pelo governo da União.

tes e os recursos para enfrentá-los — pode-se compreender a enorme dificuldade que tem de transpor uma administração municipal que não disponha senão de meios extraídos da própria capital. E este é precisamente o drama de Pelópidas Silveira. Em contraste com Belo Horizonte e Porto Alegre, que puderam contar com recursos do governo federal — sem dúvida justos e necessários — Recife tem sido tratada como filho bastardo pelo governo da União.

O CASO DOS ÔNIBUS ELÉTRICOS

Um exemplo, dentre muito, que comprova tal situação, é o da instituição do serviço de ônibus elétricos na capital pernambucana. Considerou o governo municipal que para a solução do problema do transporte coletivo no Recife, o melhor meio é a constituição de uma autarquia municipal de transportes, que teria como ponto inicial o serviço de eletrobus. A administração municipal baseava-se, inclusive, na experiência de outras capitais brasileiras. Entretanto, havia um sério obstáculo a vencer: a obtenção do aval de um banco oficial brasileiro. Esse aval foi obtido, entre outras, pelas Prefeituras de Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre. Mas, a solicitação feita no mesmo sentido pela Prefeitura do Recife ao Banco do Nordeste do Brasil — estabelecimento oficial — nem sequer uma resposta mereceu... Para a compra dos ônibus, que a municipalidade recifense apesar de tudo efetuou, foi necessário um esforço muito maior.

Poderia ser citada, também, a má vontade, senão a hostilidade, que o governo de Pelópidas Silveira teve de enfrentar por parte do governo etelvinista de Cordeiro de Farias, durante três anos e meio. Em Recife, o abastecimento de água é feito pelo Estado e, por isso mesmo, enquanto esteve no poder o general Cordeiro de Farias nem um só dos muitos chafarizes pedidos pela Prefeitura para os bairros pobres da cidade foi ligado pelo Departamento de Águas do Estado.

Também a Câmara Municipal foi posta pelo então governador Cordeiro sob sua influência e uma série de medidas projetadas pelo executivo municipal empacou ali, ante a negativa da maioria dos vereadores. Foi o que sucedeu, por exemplo, com o projeto de Pelópidas de criação do ensino municipal, rejeitado pela Câmara, o que impossibilitou à Prefeitura proporcionar escolas ao menos a grande parte das crianças que não as possuem. Os orçamentos municipais eram sistematicamente modificados, de tal sorte que por maior que fosse o esforço do executivo nunca a receita orçamentária alcançava as metas elevadíssimas fixadas pelos vereadores.

GOVERNANDO PARA O POVO

Todavia, em que pesem as dificuldades, o governo de Pelópidas Silveira pode apresentar ao povo importantes realizações, notadamente nos bairros populares da cidade. A topografia recifense parece-se a uma mão aberta, apresentando os bairros e subúrbios a configuração dos dedos. Uma das preocupações foi, então, suprir uma lacuna de há muito sentida: a ligação entre os diferentes bairros e subúrbios. Nesse sentido, foram construídas várias e modernas avenidas pavimentadas a cimento armado, uma delas — a Avenida Norte — com cinco quilômetros de comprimento. Estas vias facilitam extraordinariamente o transporte das populações dos bairros mais distantes, com enorme economia de tempo. Vários canais — alguns construídos em colaboração com o Departamento de Obras contra as Secas — estão sendo abertos, o que já está livrando das periódicas inundações os bairros mais baixos da cidade, em geral habitados pelas populações mais pobres. Outras importantes vias da capital foram ou estão sendo pavimentadas a asfalto. Dezenas de quilômetros de galerias subterrâneas foram construídos.

Tais obras são de longa duração, e a sua construção é fiscalizada diretamente pelo prefeito, que é também professor da Escola de Engenharia e membro do Instituto Tecnológico do Estado.

MOCAMBOS

Problema dos mais graves, senão o mais grave, do Recife é o da habitação popular. A solução dada pelo Serviço Social Contra o Mocambo é considerada errada. Efectivamente, destroem-se os mocambos com a promessa de que aos seus moradores serão dadas casas de alvenaria para residir. Mas a desproporção entre o número de mocambos destruídos e os mocambos construídos é enorme. Em consequência, os mocambos destruídos no centro são erguidos nos subúrbios. Buscando uma solução de fundo para o problema, a Prefeitura adquiriu 520 hectares de terra para serem divididos em nove mil lotes, que estão sendo urbanizados no momento. Tais lotes serão vendidos a longo prazo aos moradores de mocambos de famílias numerosas e mais necessitadas. A Prefeitura entrará com o terreno, a luz, água, esgotos e transportes e cada qual construírá sua casa como puder. Está sendo estudada uma fórmula para tornar tais terrenos inalienáveis.

UM GOVERNO HONESTO E POPULAR

Na última campanha eleitoral, apesar do tom violento usado pelos candidatos em seus discursos, não foi feita uma única acusação de desonestidade ou de negociata à administração de Pelópidas Silveira. Esse reconhecimento implícito da seriedade do governo recifense é talvez a melhor homenagem a um governo que paga ao funcionalismo, todos os meses, começando pelos servidores mais modestos; que controla os serviços de cada carro oficial, de tal modo que desapareceu, por completo, o abuso com os chapas-brancas; que nunca deixou, em momento algum de sua administração, de manter contactos com o povo, tanto através das audiências concedidas cada sexta-feira pela manhã, no Teatro Santa Isabel, como visitando os bairros e subúrbios em seu pequeno automóvel particular.

Uma importante contribuição para o êxito do governo de Pelópidas Silveira foi dado pelas associações populares de bairro, cuja organização ele estimulou e sempre prestigiou. Algumas dessas entidades foram perseguidas e até fechadas pela polícia do sr. Cordeiro de Farias, sob pretexto de repressão ao comunismo. Entretanto, a ajuda que elas prestaram e prestam ao governo, através de críticas, sugestões e indicações, credencia-as como uma experiência altamente positiva e bastariam para caracterizar a administração de Pelópidas Silveira como a mais popular e uma das mais eficientes que o Recife jamais teve.

TENTATIVA RETRÓGRADA DE LIMITAR O ENSINO PÚBLICO

MANIFESTO DO SINDICATO DOS PROFESSORES COMBATENDO O SUBSTITUTIVO LACERDA AO PROJETO DE DIRETRIZES E BASES — VOTO DE APLAUSOS AO MANIFESTO DOS EDUCADORES

Em manifesto assinado pela sua diretoria, o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário, Primário e de Artes, do Rio, considera o substitutivo Carlos Lacerda ao projeto de diretrizes e bases da educação nacional uma tentativa retrógrada com que desejam limitar o ensino público. "Com insistentes referên-

cias à "liberdade", objetiva reduzir a função do Estado, em matéria educativa, à entrega de dinheiros públicos, por meio de subvenções, aos particulares, para que organizem o ensino a seu talento".

É o seguinte o texto do documento do Sindicato dos Professores:

1 — Uma subcomissão Interparlamentar especialmente constituída, na Câmara dos Deputados, discute no momento o projeto de Lei 2.222, de 57, que "fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional".

Adota o referido projeto o princípio de que a Escola deve ser pública e democrática, acessível a todos, e rejeita a exploração do ensino, praticamente em caráter de monopólio, por empresários e grupos particulares, que o manejam segundo o arbítrio das próprias conveniências — como pretendem seus opositores.

A citada proposição, legislativa foi apresentada um substitutivo que, com insistentes referências à "liberdade", objetiva reduzir a função do Estado, em matéria educativa, à entrega de dinheiros públicos, por meio de subvenções, aos particulares, para que organizem o ensino a seu talento.

2 — Ressaltamos, entretanto: no Brasil, país de população superior a 60 milhões, cerca de 36 milhões jamais frequentaram qualquer escola e, dos que o fizeram ou fazem, a maioria torna-se apenas precariamente alfabetizada, porquanto menos de 20% das crianças que iniciam o primário conseguem con-

cluí-lo. Os particulares (empresários individuais ou grupos) são os proprietários de 70% das escolas secundárias e de 93% dos cursos comerciais. Matriculam-se nos ginásios aproximadamente 10% dos jovens brasileiros, e o número dos que completam os estudos de nível secundário atinge a apenas 7%! Essa é a clamorosa situação do ensino entre nós.

3 — Como se houvesse incompatibilidade entre a educação ministrada na escola pública e a transmitida no lar, os defensores do ensino particular afirmam enfaticamente que à família, e a ninguém mais, cabe a tarefa educativa. No entanto, somente as famílias abastadas podem, hoje em dia, fazer face às elevadas anuidades exigidas nos estabelecimentos de ensino. As da classe média, já extremamente sacrificadas pela dança dos números do orçamento doméstico, não devem ser ainda mais oneradas. A família proletária, cujo responsável teve, em geral, deficiente ou nula experiência na escola, e que dispõe de excessivo tempo de convívio no lar, vê-se na contingência inevitável de enviar os filhos em busca do salário mínimo, com prejuízo de sua educação.

A solução privatista para o problema — de acordo com

o qual, por exemplo, aqueles que dispõem de maiores recursos matriculam os filhos nos colégios que preferiam, "pois têm dinheiro para tanto", e os demais os enviam às escolas públicas — apresenta uma consequência funesta e inevitável: consagra e agnua a divisão da sociedade em classes antagônicas, ao invés de concorrer para o processo de crescente equilíbrio e integração social.

4 — Ainda: os que pugnam pelo ensino denominado "livre" são quase sempre os mesmos que circulam pelos corredores ministeriais à cata de polpidas subvenções do Estado. Enquanto isto, entidades universitárias e de outras importantes categorias permanecem à míngua do auxílio financeiro imprescindível ao exercício de suas atividades. E, ao passo que as universidades particulares recebem vultosas dotações oficiais, arrastam-se as obras da Cidade Universitária e quase são paralisadas, em virtude da falta de verbas.

5 — Segundo o espírito da Organização das Nações Unidas, ideal ético dos nossos dias, a qual procura congrega os povos acima das diferenças de raça, nacionalidade, religião e credo político ou filosófico, a Escola Pública visa a estabelecer o mais amplo contacto humano entre os educandos e incrementa a solidariedade, a compreensão e a tolerância, indispensáveis a um mundo em que hajam de predominar o Bem Comum, a Liberdade e a Paz.

6 — Assim entendendo, a Diretoria do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro aprova, por unanimidade, um voto de aplausos ao Manifesto de Educadores, encabeçado pelo ilustre professor Fernando de Azevedo, e declara-se firmemente contrária a todas as tentativas retrógradas, com que desejam limitar o ensino público, o qual, num regime de efetiva liberdade, dignamente orientada por superiores critérios de atender às exigências imperativas do progresso de nossa Pátria.

(Ass) Bayard Demaria Botteux — Presidente; Hélio Marques da Silva — Vice-Presidente; Elson Carlos de Sousa — 1.º Secretário; Walter Nicolino F. Rodrigues — 2.º Secretário; Walter Ribeiro Lemos — Tesoureiro; Sylvio Serpa Costa — Procurador.

DEBATES TEÓRICOS ENTRE MARXISTAS

- 1) O capitalismo monopolista de Estado e o povo
Escrevem: Emile Burns, Mauro Scoccimarro e Zúgnio Vargo
- 2) O papel da burguesia no movimento de libertação nacional
Debatem: Kia-Nuri (do Irã), Idris Cox (Inglaterra), Hadi Messuak (Marrocos), V. Teitelboim (Chile), Mohamed Harmel (Tunísia), Walid Samman (RAU), M. Lukman (Indonésia).

Além destes dois debates, são publicados importantes artigos e amplas informações sobre o movimento comunista e operário no número 5-6 da revista

PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO

Na próxima semana em todas as bancas e livrarias

CARTA DO SERTÃO

ZÉ PRAXÉDI — O Poeta Vaqueiro

Cachuêra de Paulo Afonso,
«Buraco de Zé Mateu».
Manezin: vai as repostas
Das nutiças qui me deu.

Nesses rios qui se tem,
Não fazem mais cachuêra
Pra mode se vivê bem.

O povo aqui do Buraco:
Home, minino e mutiê,
Pela fome e pur duença,
Nessa nossa Presidência
Já perdêro tôda fé.

Só no rio São Francisco,
Im vinte ou trinta rebêra,
O governo federá
Pudia fazê vir cá
Quinze ou vinte cachuêra.

Morre gente, todo dia,
Pur farta de mantimento.
O vigaro faz cinco ano
Qui num faz um casamento.
O juiz vendeu o carro...
Tá andando num jumento.

As vez eu fico pensando,
No dia qui sinto fome,
De nas novas inleição
Fazê valê o meu nome.
Manezin: na nossa terra
Há munta farta de homie.

Nós tamo de ôi vortado
Pra força da Cachuêra,
Se fizere rigação
No cento das capuêra,
Dento de cinco ou seis mês
Percisa trazê chinês

Tu já pensô, se pussive,
Me fizesses presidente...
Ias sê um das ministô,
Pruquê sei, sois competente!
Na pasta da sigurança
Eu butava Pêdo Onça
Pra prendê e matá gente.

Para cuiê macachêra,
Mio, feijão e arroz.
Fumo, batata, argudão:
Se manda pra capitá
Pôs vai sobrá no sertão.
Num sei prquê no Brasil,

Vamo isperá qui miore...
Nunca vi tanta narquia!
O cumpade do coração:
Morgado José Maria.

ASSINE

"NOVOS RUMOS"

O 7 DE SETEMBRO



O tempo claro e sem chuva permitiu brilhantes comemorações na data nacional do Brasil, o 137º aniversário da Independência do país. Como de costume, realizou-se um desfile militar com a participação das tropas sediadas no Rio, inclusive unidades motorizadas. Grande multidão assistiu ao desfile. O Presidente da República, num banquete realizado depois no Palácio da Guerra, proferiu um discurso alusivo à data. Falou, também, nessa ocasião, o Ministro da Guerra, marechal Teixeira Lott. Na foto, um aspecto da tribuna de honra no Mausoléu de Caspary: o Presidente e o Vice-Presidente da República, o Ministro da Guerra e outras personalidades.

NOVOS RUMOS

A 25 de julho, em Moscou, na Casa da Amizade com os Países Estrangeiros, realizou-se uma discussão em torno de uma exposição de reproduções de trabalhos de Portinari, o grande pintor pátrio. A iniciativa coube ao Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS. A discussão foi aberta com uma palestra sobre a obra de Portinari pelo colaborador científico do Museu Púchkin, Golomitok. Entre os que participaram da discussão se encontravam o membro correspondente da Academia de Artes da URSS, Dubinski, e o artista emérito da República Federativa Russa, Uitz. Encerrando os debates, falou o secretário da seção de artes plásticas da Sociedade de Amizade com Países Estrangeiros, Kravtchenko. (Foto TASS)



Portinari Em Moscou



A Morte Do Velho Soldado

A foto ao lado foi provavelmente a última tirada do General Miguel Costa, antes que a morte viesse fulminá-lo diante das câmeras de uma estação de TV, em São Paulo. Nela, o General conversa com dois de seus companheiros do movimento revolucionário de 1924, Luiz Carlos Prestes e o General Stenio Caio de Albuquerque, atual comandante do II Exército, durante as comemorações realizadas a cinco de julho último, no Parque Ibirapuera. Alguns dias depois, o velho patriota, que já contava 73 anos de idade, era convidado a depor em um programa de televisão, sobre a marcha invicta da «Coluna Prestes». O programa realizou-se no dia 2 de setembro. O velho General, uma vez mais, e pela última vez, reafirmou então a sua posição de patriota e nacionalista, que o projetara em 1924, que depois faria dele o Presidente de Honra da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, e que nunca ele abandonaria, em sua rica e longa vida. Sua emoção foi tamanha que o coração debilitado não a suportou, causando a morte do velho soldado, ainda diante das câmeras. Falando na cerimônia de seu sepultamento, disse Luiz Carlos Prestes que a enorme perda que a sua morte representava nas fileiras dos patriotas apenas era compensada pelas centenas e centenas de brasileiros que a elas acorrerão, movidos pelo exemplo do grande Miguel Costa.

Sob o patrocínio do Diretório Central dos Estudantes e do Conselho de Representantes dos Sindicatos Operários de Uberaba, foi realizada a 1ª Semana Nacionalista, que constituiu expressiva manifestação patriótica da população daquele município do Triângulo Mineiro. Assistência numerosa e entusiástica prestigiu a série de conferências pronunciadas, aplaudindo os oradores, que foram: deputado Josué de Castro («Reforma Agrária»), dr. Angelo Manzan («O problema não é de caridade, mas de justiça social»), prof. Roland Corbisier («Nacionalismo e desenvolvimento»), prof. Santino Gomes de Matos («Municipalismo»), cônego Juvenal Arduini («Nacionalismo e sociedade»). A Semana foi encerrada pelo deputado Tancred Neves, secretário do governo do Estado de Minas, num pronunciamento sobre «Reforma de base para o Brasil». (Na foto, o prof. Santino Gomes de Matos quando falava, tendo à sua direita os acadêmicos Arnaldo de Assis Mourão, vice-presidente da UNE, e Nelson de Assis, presidente da DCE, e à esquerda, Ovidio Nicolau de Vito, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil e dr. José Resende, delegado do Departamento do Trabalho em Uberaba).

SEMANA NACIONALISTA EM UBERABA

